

BCH-UFC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
Curso de Biblioteconomia**

**O MERCADO EDITORIAL EM BRAILLE NO BRASIL: UM
ESTUDO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL EM FORTALEZA**

Jamile Costa Fernandes
Matr.: 0204846

Fortaleza
Junho – 2007

JAMILE COSTA FERNANDES

**O MERCADO EDITORIAL EM BRAILLE NO BRASIL: UM
ESTUDO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL EM FORTALEZA**

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Ceará sob a orientação do professor Márcio de Assumpção P. Silva.

Fortaleza – Ceará
2007

Ao meu querido Senhor Jesus,
motivo de toda obra da minha vida.

À minha mãe Lindalva,
porque mesmo não estando mais aqui
comigo, seu amor ainda ecoa muito
forte no meu coração.

À minha tia Nalva,
através de quem tenho sentido e
aprendido um pouco sobre a graça de
Deus.

AGRADECIMENTOS

Aos deficientes visuais que contribuíram com este trabalho, prestando seus depoimentos com tanta paciência e interesse.

Ao professor Márcio Assumpção, pela atenção e amizade durante toda a graduação, por ter me oferecido outros caminhos, novas possibilidades, sempre com muito zelo.

Aos meus pais, instrumentos de Deus para que hoje eu tivesse vida e aos meus irmãos, pelo respeito de sempre.

À minha igreja, Comunidade Evangélica Nova Vida, onde tenho sentido aconchego e cuidado vindo de Deus, que tem sido tão bem apascentada pelo Pastor Valter Queiroz, que, muitas vezes me encorajou com suas palavras, seu exemplo e principalmente, com sua serenidade de coração.

À amiga Fabiana Melo, pela revisão dos textos e auxílio em outras ocasiões, mas principalmente pelo carinho e amizade despendidos.

À amiga de graduação Osmélia Oliveira, que desde os primeiros semestres se tornou **uma** verdadeira irmã, pelo compartilhar da vida acadêmica.

Aos verdadeiros amigos, através dos quais tenho sentido o grande amor e misericórdia de Deus, eles sabem quem são!

RESUMO

A pesquisa sobre a deficiência em Brasília, DF, teve como objetivo principal conhecer a realidade social e econômica dos deficientes físicos, bem como a percepção da sociedade em relação a eles. Para isso, foram realizadas entrevistas com profissionais de saúde, educadores e deficientes físicos. Os resultados mostram que a maioria dos deficientes físicos em Brasília vive em condições de pobreza e tem dificuldades de acesso a serviços de saúde e educação. Além disso, há uma grande estigmatização e discriminação em relação a eles por parte da sociedade.

Palavras-chave: Deficiência física, desigualdade social, discriminação.

“Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino”.

Mário Quintana

RESUMO

A pesquisa acerca do mercado editorial em Braille é ainda novidade no Brasil, tendo em vista que apenas a exploração desse mercado é recente, portanto, bastante atual. O conteúdo deste trabalho, em sentido amplo, pretende aclarar as tendências e contradições acerca do emergente mercado no país. Em sentido estrito, pretende chamar a atenção para os incentivos governamentais na transcrição e impressão desses livros, bem como a representação desse mercado na vida cotidiana de seu público-alvo, as pessoas com deficiência visual. O caminho escolhido e fio condutor deste trabalho foi dar voz a essas pessoas, para que, através das falas, sentimentos e ações pudessem explicitar o significado e as representações objetivadas nas relações com o mercado de trabalho, mercado de consumo, com o sistema Braille e por fim, com a família, escola e comunidade. Esta investigação poderá permitir melhor compreensão da pessoa com deficiência visual, de suas necessidades, tanto de consumo como de integração e inclusão, seja na escola, no mercado de trabalho, de uma escola de qualidade e de uma sociedade mais humana e solidária.

Palavras-chave: Mercado Editorial. Braille. Deficiência Visual.

ABSTRACT

The research concerning the publishing market in Braille is still newness in Brazil, in view of that only the exploration of this market is recent, therefore, sufficiently current. The content of this work, in ample direction, intends to clarify the trends and contradictions concerning this emergent market in the country. In strict direction, it intends to call the attention for the governmental incentives in the transcription and impression of these books, and the representation of this market in the daily life of its public-target, the people with visual deficiency. The chosen way and wire conductor of this work was to give voice to these people, so that, through what they say, the way they feel and the way they act could show the meaning and representations objectified in the relations with the work market, market of consumption, with the system Braille and finally, with the family, school and community. This inquiry will be able to better allow understanding of the person with visual deficiency, of its necessities, as much of consumption as of integration and inclusion, either in the school, the market of work, of a school of quality and a society more solidary and human.

Key-words: Publishing market. Braille. Visual deficiency.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 EDITORAÇÃO E MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO.....	12
2.1 Editoração.....	12
2.2 Editoração eletrônica.....	15
2.3 História do mercado editorial brasileiro.....	17
2.4 Mercado editorial brasileiro-situação atual.....	19
3 DEFICIÊNCIA VISUAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	25
3.1 Deficientes visuais – breve histórico.....	25
3.2 A trajetória da Educação Especial no Brasil.....	27
4 O SISTEMA E O MERCADO EDITORIAL EM BRAILLE NO BRASIL.....	35
4.1 O Sistema Braille.....	35
4.2 A transcrição de livros em Braille.....	40
4.3 Impressão Braille no Brasil.....	41
4.4 Mercado de livros em Braille.....	44
5 METODOLOGIA.....	48
6 ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS.....	51

INTRODUÇÃO

6.1 Educação e ensino do deficiente visual.....	51
6.1.1 O Sistema Braille.....	52
6.1.2 Dosvox.....	54
6.1.3 A Formação dos professores.....	56
6.2 A participação da família.....	57
6.3 Mercado de consumo em Braille.....	59
6.4 Mercado de Trabalho.....	62
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXOS.....	70

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar este tema, pretende-se mostrar o desenvolvimento do recente mercado editorial em Braille, bem como sua influência e participação efetiva em seu público consumidor, os deficientes visuais.

Desta forma, no decorrer deste trabalho monográfico, procura-se descobrir determinados questionamentos, tais como: como esse tipo de impressão vem ganhando espaço no mercado editorial brasileiro, já que algumas editoras estão lançando obras comerciais no Sistema Braille? O que de fato tem representado esse mercado na vida cotidiana do deficiente visual? Qual a importância do sistema Braille em seu cotidiano? Como o governo e os órgãos responsáveis por essas pessoas tem se comportado em relação ao livro transcrito para o Braille?

Firma-se, então, como objetivo geral, relacionar as novas políticas, públicas ou privadas, dirigidas ao deficiente visual e o crescimento do mercado editorial em Braille. Investigar o modo como esse mercado tem visto o deficiente visual e porque só agora as obras comerciais em Braille têm sido produzidas.

Em relação aos aspectos metodológicos, a investigação é feita através de pesquisa bibliográfica e documental, principalmente na Internet, por causa da atualidade do assunto e de depoimentos de deficientes visuais que sabem ler o Braille e tem isso como hábito, buscando identificar a representação de questões como educação, sistema Braille, leitura, acesso às bibliotecas, mercado de trabalho, família, mercado de consumo e mercado editorial.

O ponto principal desse trabalho é, pois, demonstrar a importância desse novo mercado, como ele é visto pelo deficiente visual. Vislumbra-se discutir também a possibilidade de compra desses livros; buscando primeiramente na educação especial a possibilidade de qualificação para o mercado de trabalho, para que o deficiente se torne um consumidor e qual tem sido a contribuição do governo nesses esforços. Investigar se o fato dos deficientes visuais desempenharem papéis que antes não conseguiam desempenhar está relacionado com o estímulo do governo brasileiro. Como se desenvolveu e continua se desenvolvendo o processo de inclusão social do deficiente visual. Verificar como a condição econômica do

cego, a participação da família, as oportunidades oferecidas interferem em sua educação e na sua formação social.

Para tal, o presente trabalho adentra primeiramente o campo da Editoração, cuja prática vem sendo desenvolvida desde os primórdios, passando também pela questão atual da editoração eletrônica, suas vantagens e um pouco da discussão da substituição do livro pelos meios eletrônicos. Discorrer sobre, mais especificamente no Brasil, como no Brasil, tem sido as práticas editoriais, tratando do contexto histórico e atual. Traçar um estudo de como funciona o mercado editorial, os critérios de publicação, os custos, como o governo participa desse mercado, através de seus programas.

É mister que se adentre também o campo da Educação Especial – como fazemos no segundo capítulo deste estudo, com ênfase no percurso histórico dos deficientes visuais e de seu desenvolvimento educacional, também nas instituições que trabalham com a educação de pessoas com deficiência visual, dando-lhes o suporte necessário para seu desenvolvimento intelectual, bem como seu aprendizado do sistema Braille.

Posteriormente, põe-se em destaque o Sistema Braille, criado com o objetivo de ser a escrita dos deficientes visuais, investigando qual a verdadeira significação do Braille na vida de uma pessoa com deficiência e finalmente, o mercado editorial em Braille propriamente dito, as editoras que tem se interessado pelo mercado, quais as dificuldades e peculiaridades de transcrição e impressão.

E finalmente, a análise dos discursos colhidos nos depoimentos, evidenciando temas citados pelos depoentes e trazendo uma reflexão sobre eles. Questões como o impacto das novas tecnologias, principalmente o DOSVOX, a participação da família, a formação dos professores, o mercado de trabalho e consumo na vida educacional e no cotidiano das pessoas com deficiência visual.

2 EDITORAÇÃO E MERCADO EDITORIAL EM BRAILLE

2.1 Editoração

É importante ressaltar a China como o primeiro país a utilizar papel e tinta para suas reproduções de textos, em um processo chamado Xilografia. A arte da escrita passa desde os escritos e pinturas nas cavernas, às inscrições dos Faraós do Egito, os papiros da Biblioteca de Alexandria e os escritos em pergaminho da idade média, até o escritor.

Durante muito tempo, os tipos (letras) e as ilustrações foram talhados em madeira. Posteriormente, os chineses passaram a talhar pequenos blocos com caracteres individuais, criando assim os primeiros tipos móveis para reprodução. A xilografia foi o primeiro método usado na Europa no início do século XV. Até então, a reprodução de obras literárias ficava a cargo de monges e escribas.

Segundo Magalhães (1981, p.78), “as técnicas de transporte e de possibilidade de impressão são muito anteriores à Gutenberg em várias, inúmeras culturas e experiências mais diversas.”

Em 1454, Gutenberg imprime na Alemanha, uma bíblia utilizando tipos móveis de metal. Esse processo logo se espalhou por toda a Europa e em pouco tempo a leitura começou a influenciar a população europeia. Filosofia, Ciência, Literatura e textos religiosos não eram mais lidos apenas pela nobreza e o clero.

A necessidade de uma maior velocidade de impressão e a engenhosidade humana foram se encarregando de aperfeiçoar a maquinaria gráfica. Prensas eram desenhadas e construídas de maneira que as páginas começavam a ser reproduzidas de maneira automática, o que aumentava a velocidade e a qualidade da impressão. Mas, apesar de os impressores já começarem a se espalhar por toda a Europa, a impressão de um livro ainda era um trabalho caro e que só compensava se fosse feita com uma grande tiragem.

A respeito do assunto, Magalhães (1981, p. 81) diz:

Com isso Gutenberg inaugura a possibilidade de fixação do pensamento humano em termos mais permanentes e de maior difusão e pode-se afirmar, como faz McLuhan, que o conceito de nação só pôde existir a partir de Gutenberg porque o pensamento anterior a ele era, ou codificado oralmente de boca a boca, e portanto, restrito a números minoritários, ou do livro raro, manuscrito, feito pelos frades [...] em nível quase absolutamente impossível de atingir a comunidade.

Em 1796, Aloysius Snefelder, um autor alemão, à procura de uma maneira barata para publicar seus trabalhos, criou uma técnica chamada Litografia. Este processo também chamado de Método Planográfico, onde a área a ser impressa e a área que não será impressa se tornam distintas através da utilização de um processo químico.

Em 1820, um inventor francês, chamado Joseph-Nicephore Niepce, descobriu que certos compostos químicos eram sensíveis à luz. Seus estudos e trabalhos marcam o início da fotogravura e que, mais tarde, originou a fotografia e o processo de reprodução de imagens.

Com a revolução industrial, a área gráfica também sofreu avanços. As prensas e máquinas gráficas passaram a utilizar além da força de homens, moinhos e animais, a força do vapor, o que mecanizou e automatizou ainda mais o processo gráfico.

Anos mais tarde, a indústria gráfica passou a utilizar os tipos feitos de chumbo. No Século 20, surge o Offset, onde as chapas de impressão não entram em contato direto com o papel a ser impresso. Algumas máquinas de offset podem fazer impressões nos dois lados da folha de papel e podem trabalhar com mais de uma cor ao mesmo tempo. Além de adquirir o texto ou as imagens a serem impressas após terem sido sensibilizadas pelo fotolito¹.

Com o final da segunda guerra mundial e o início da década de 50, foi criado um novo conceito de impressão, a Flexografia, que além de realizar as impressões, também é capaz de trabalhar com uma gama quase que infinita de mídias (papel, plástico, vidro e etc), utilizar não só tinta a base de óleo (offset) como também a base de água (guache), utilizar chapas de

¹ O fotolito é uma mídia plástica feita de acetato. A fotolitagem seria basicamente a fotografia e revelação da página com o material original nessa mídia de acetato.

impressão com materiais flexíveis ao invés das tradicionais chapas de metal (offset) e poder trabalhar com 6 a 13 tipos de cores diferentes.

No início da década de 70 surgiu uma máquina revolucionária, chamada Composer e introduzida no Brasil pela IBM. Composta de um teclado parecido ao de uma máquina de escrever e um monitor de vídeo, o seu operador datilografava a linha do texto para uma determinada página, discriminando sua família e corpo.

Atualmente os computadores são utilizados para o processo da criação de texto. Através do uso de um editor de textos ou de um programa de paginação, uma página pode ser criada e recriada rapidamente. Erros podem ser corrigidos rapidamente antecipando uma impressão errônea. Além de, dependendo do programa a ser utilizado, poder possuir inúmeras tipologias, corpos de letras variados de tamanho e diversos tipos de estilos.

Martins, (1998 [não paginado]) diz que

é, de certa forma, a história do registro do conhecimento, ou seja, o processo de construção da linguagem, que é o segredo e a explicação do homem, que, no decorrer de sua existência material e espiritual, sentiu a necessidade de criar um ambiente que permitisse armazenar, organizar, controlar e recuperar as informações, impedindo sua dispersão.

Isso implica ainda compreender a natureza dos materiais utilizados na construção dos acervos, os agentes de conservação e os conceitos de serviços e sua disponibilização nos diferentes períodos históricos. Sua transmutação por diferentes formatos e sua materialização, a qual se deu, inicialmente, por meio das tabletas de argila, passando pelo papiro, pelo pergaminho e pelo papel, até transformar o formato impresso no formato digital ou eletrônico.

A atividade editorial consiste no processo da transformar as idéias de um determinado autor em informação acessível e útil, através do gerenciamento da produção de publicações como livros, revistas, boletins, prospectos, álbuns, cadernos, almanaques, enfim, todo tipo de material de comunicação impresso ou eletrônico.

Nesse processo estão compreendidas as etapas de: seleção e preparação de originais, projeto gráfico, diagramação e produção gráfica para a impressão, distribuição, venda e uso. Toda a atividade editorial segue critérios definidos e padronizados. Por exemplo, para

normalização, usam-se critérios que compreendem a legenda bibliográfica, ficha catalográfica, ISSN, endereço, normas de publicação e linha editorial. Para publicação, tempo de publicação e regularidade e entidade responsável e, para circulação, as formas de distribuição, tiragem e recursos financeiros.

A gestão editorial é composta por profissionais como editor, pessoa física ou jurídica, à qual se atribui o direito de reprodução da obra e o dever de divulgá-la, nos limites previstos no contrato de edição. O produtor, pessoa física ou jurídica, que toma as iniciativas de logística e tem a responsabilidade econômica do projeto, formando assim, a comissão executiva ou conselho editorial.

As atividades de uma editora se dividem em editorial, que de acordo com Magalhães (1981, p.98) compreendem as tarefas de selecionar as obras que a editora publicará, negociar os direitos, proceder à editoração e orientar a produção; comercial, desempenhando tarefas relativas promoção e vendas dos livros editados e administrativa, que dá todo o apoio aos outros setores, cumprindo funções de contabilidade, departamento pessoal etc.

Atualmente, a internet tem se tornado um importante instrumento na democratização do acesso aos bens simbólicos. Muito se fala nos meios de comunicação e nos círculos acadêmicos, a respeito das inúmeras mudanças trazidas por seu surgimento, chegando-se até a profetizar o fim dos livros e revistas impressos.

2.2 Editoração eletrônica

As mídias digitais têm alterado substancialmente os regimes de produção e recepção de bens simbólicos, bem como os processos de armazenamento e recuperação da informação.

A estrutura descentralizada e hipertextual da rede mundial de computadores vem permitindo ao homem, como nunca antes, difundir o conhecimento em escala global. Segundo Muniz Júnior (2005, [não paginado])

Pode-se dizer que, de todo o conhecimento científico produzido sobre as mídias digitais, em suas variáveis sociológicas, antropológicas, psicológicas, econômicas e

comunicacionais, boa parte está baseada no estudo dos usuários-clientes-receptores e sua relação com o suporte tecnológico. É razoável dizer, aliás, que o sujeito tem ocupado posição central nos estudos da cibercultura. Dirigimo-nos, especificamente, a uma das esferas mais importantes de produção simbólica na contemporaneidade: a comunicação científica.

Atualmente, ficam evidentes as vantagens que a internet proporciona em relação ao suporte impresso, pelo menos quando se fala em conteúdos científicos. Além da velocidade, há os mecanismos de busca e recuperação da informação, que permitem ao usuário encontrar resultados de pesquisas feitas em todo o mundo.

Por outro lado, deve-se considerar os aspectos sociais, culturais e psicológicos. Berto (2003, p. 11 *apud* MUNIZ JÚNIOR, 2005, [não paginado]) afirma que:

A instabilidade e a evanescência dos documentos e arquivos eletrônicos ainda são fonte de desconfiança e barreira à sua aceitação, enquanto suportes permanentes de registro e guarda do conhecimento. Além da ausência de contato físico - importante para muitos - são vulneráveis à obsolescência da TI², às alterações eletromagnéticas, às versões dos softwares, à virtualidade dos sites e à ausência de filtros de qualidade.

Por meio do computador, a informação pode ser processada, transmitida, memorizada e disponibilizada. E mesmo com toda a velocidade do processamento de conteúdos, as facilidades de armazenamento, a presença de multimídias e telecomunicações que possibilitam o acesso aos recursos informacionais em todo o mundo; assim, não é de maneira instantânea que a visão tradicional do ambiente no qual a informação impressa é estocada e que, de certa forma, se desestabiliza, será extinguida da sociedade, embora saibamos que a informação digital circula na rede em qualquer espaço e em tempo real.

2.3 História do Mercado Editorial Brasileiro

A história das editoras no Brasil tem como principais precursores nomes como Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira. Os dois, antes do colapso final da

² "O termo Tecnologia da Informação serve para designar o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação". (Rezende, 2000 [não paginado])

Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, constituíram, em novembro de 1925, a Companhia Editora Nacional.

Segundo Halewell (1985 *apud* CASSIANO, 2005 [não paginado]), a Companhia Editora Nacional, nos anos 40, já dominava o setor de livros didáticos. Em 1943, a Nacional foi prejudicada quando seis de seus funcionários, professores que respondiam pela execução do programa de livros didáticos, deixaram a empresa para abrir sua própria editora, a Editora do Brasil, que logo se tornou importante editora de livros didáticos e infantis.

Nesse período, a Editora Saraiva já contava com vários anos de existência, porém, ainda não atuava expressivamente no ramo dos didáticos. A Saraiva e Cia. foi fundada por Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva, em 1910. Inicialmente como um pequeno comércio de livros usados, um sebo, a empresa foi instalada nas proximidades da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, tendo como nome comercial Livraria Acadêmica, sendo seu fundador chamado de Conselheiro Saraiva pelos estudantes que atendia. Viria a entrar no ramo editorial em 1913, com a publicação de um livro jurídico, conquistando grande espaço neste segmento, que mantém até hoje.

Sobre isso, Cassiano (2005, p.10) relata:

É somente em 1938 que passa a editar livros didáticos, porém, só conseguiria expressão neste ramo em 1970, editando uma coleção de livros de Matemática para o então curso ginásial, Matemática na escola renovada, do professor Scipione Di Pierro Netto, que fez grande sucesso.

Outra editora que marcou história é a FTD, cuja primeira publicação no Brasil foi em 1902, em função da atuação dos irmãos maristas na área da educação no país. Iniciada na França, em 1817, pelo Padre Marcelino Champagnat, a Congregação dos Irmãos Maristas já estava no Brasil desde outubro de 1897, onde fundou várias instituições educacionais.

FTD são as iniciais de Frère Théophane Durand, que, em 1883, assumiu a direção geral da Congregação Marista e estimulou a produção de obras didáticas, sendo que o agrupamento dessas obras recebeu o nome de Coleção FTD. A Editora surgiu quando a marca foi registrada comercialmente para a criação de empresa editorial.

De acordo com Cassiano (2005, p.6) “até 1930, os livros da FTD usados no Brasil eram impressos na França, mas aos poucos, a gráfica Siqueira, em São Paulo, passou a imprimir a maioria dos livros”. A distribuição, que inicialmente era feita pelos próprios irmãos maristas, passou a ser feita pela Livraria Francisco Alves.

Em 1963, a Coleção FTD foi transformada em Editora FTD, obtendo autonomia de edição e distribuição. De acordo com Paixão (1998 *apud* CASSIANO, 2005) a FTD se destacou no mercado editorial com o sucesso dos livros de Matemática assinados por Benedito Castrucci e José Ruy Giovanni.

Na segunda metade do Século XX se destacaram, entre outras, as Editoras IBEP, Moderna, Atual, Ática e Scipione, essas duas últimas, apesar de pertencerem à mesma família, constituem duas empresas independentes, tendo instalações e administrações separadas.

Paralelamente ao nascimento e ao crescimento do mercado editorial o Estado ia ampliando suas funções em relação ao livro escolar. Em 1980, a Companhia Editora Nacional foi adquirida pelo IBEP – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas. Esta editora foi criada em 1966 por Jorge Antonio Miguel Yunes e Paulo Marti. Segundo Cassiano (2005, p.7) “em 1983 caberia à IBEP 30% do mercado nacional, principalmente por ter publicado Hermínio Geraldo Sargentim, de Português, que até 1983 já vendera 3.600.000 exemplares.”

Durante o governo militar, duas outras editoras, que viriam a ter projeção nacional, foram fundadas: a Editora Moderna e a Atual. A primeira foi criada em 1968 pelos professores Ricardo Feltre, Carlos Marmo e Setsuo Yoshinaga, todos com experiência em cursos pré-vestibulares. Iniciaram suas atividades com a publicação de livros didáticos nas áreas de Química e Desenho Geométrico do então 2º grau, atual ensino médio. Os três eram professores do curso Anglo Latino: Carlos Magno dava aulas de desenho, Feltre e Yoshinaga ensinavam Química. Posteriormente Magno e Yoshinaga se desligaram da editora e Feltre assumiria seu comando, tornando-se editor conceituado e autor de livros de Química de grande sucesso.

A Editora Atual foi constituída em 1973 por Oswaldo Dolce e Gelson Iezzi, se notabilizando com obras para o atual ensino médio. Essa editora foi comprada pela Editora Saraiva nos anos de 1990.

Todas as editoras citadas têm em comum o fato de terem se constituído em São Paulo, todas tem origem nacional, com exceção da FTD. Mas esse quadro foi alterado recentemente, com a compra de grande parte dessas empresas por sociedades de capital internacional.

De fato, podemos constatar, neste início do século XXI, a presença de várias dessas empresas de capital internacional na área do livro escolar brasileiro. Na última década do Século XX, boa parte das editoras que, recorrentemente, dominavam o setor de livros didáticos no Brasil, foi vendida para grandes multinacionais. Por exemplo, as editoras Ática e Scipione foram compradas pelo grupo Abril e pelo Havas, da França, sendo que recentemente essas editoras ficaram somente com a Editora Abril; a Editora Moderna, em 2001, foi comprada por outra poderosa multinacional, a espanhola Santillana. Isso mostra uma recente e grande reconfiguração do mercado editorial brasileiro.

2.4 Mercado Editorial Brasileiro - situação atual

O descompasso existente entre a oferta global crescente de livros, a limitada capacidade de absorção das bibliotecas e do consumidor individual, por isso, o setor editorial vive atualmente uma dependência em relação às compras governamentais, destinadas às escolas públicas.

A participação do governo como comprador dá-se por meio de dois programas, O PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), e o Programa Nacional de Biblioteca na Escola, ambos financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como objetivo prover as escolas das redes federal, estadual e municipal com obras didáticas e dicionários de qualidade.

O PNLD é mantido pelo FNDE com recursos financeiros do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação. O Programa Nacional do Livro Didático em Braille atende alunos cegos que cursam o ensino fundamental em escolas públicas de ensino

regular e escolas especializadas sem fins lucrativos. A primeira atitude do FNDE com os livros em Braille foi a transcrição, em 1999, de vinte títulos de livros didáticos, que foram distribuídos, em meio magnético, a todos os Centros de Apoio Pedagógico Para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – (CAPs) do País.

Para a transcrição e adaptação dos títulos, o FNDE tem parcerias com o Instituto Benjamin Constant (IBC), do Ministério da Educação, e com a Fundação Dorina Nowill para Cegos (FDNC). Os títulos adaptados para o sistema Braille são distribuídos, em meio magnético, a todos os CAPs e Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille do País.

Em 2003, o programa foi ampliado, com a inclusão de livros paradidáticos da coleção Literatura em Minha Casa do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2001 e 2002, composta de setenta títulos. Neste caso, o IBC encaminhou a todos os CAPs, em meio ótico, a transcrição pronta para impressão.

Em 2005, foi firmado um novo Convênio com a Fundação Dorina Nowill Para Cegos. Este convênio visava o atendimento a todos os alunos cegos, de todas as escolas públicas do Brasil e escolas especializadas sem fins lucrativos, todas do ensino fundamental, por meio da distribuição de 40.030 livros em Braille, de 128 títulos diferentes das cinco disciplinas, até o ano letivo de 2006. Esses alunos recebem livros para mais de um ano letivo. Os alunos de 1ª a 4ª série serão atendidos, por este convênio, com livros até o ano letivo de 2006, quando o PNLD passou a buscar o atendimento do aluno cego com o mesmo título que está sendo adotado na escola. Da mesma forma, os alunos de 5ª a 8ª série foram atendidos por este convênio até o ano letivo de 2007. A partir do PNLD 2008, o atendimento passa a assegurar ao aluno cego o mesmo livro do restante da escola. Até 2004, os dados do programa são:

Quantidade de títulos já transcritos, ano a ano.

1999	-	20	títulos	de	livros	didáticos.
2000/2001	-	90	títulos	de	livros	didáticos de 1ª a 4ª série.
2003/2004 – 128 títulos didáticos e 70 títulos de livros paradidáticos.						

Ano de atendimento	Número de escolas		Número de alunos	
	1ª a 4ª	5ª a 8ª	1ª a 4ª	5ª a 8ª
1999*	-	-	-	-
2000/2001	350	-	543	-
2003/2004	2.128		2.138	1.579

* Em 1999, como os livros foram disponibilizados aos CAPs em meio magnético, não há estatísticas sobre alunos e escolas atendidas.

Fonte: Dados estatísticos no site do PNLD
http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/livro_didatico/livro_didatico.html

Considerando que cada leitor se interessa apenas por determinados assuntos e sendo cada obra diferente das demais, com capacidade limitada de substituição, o problema básico do editor, portanto, é encontrar o leitor que esteja interessado em cada título publicado.

Segundo dados de uma pesquisa realizada em 2004 pelo Grupo de Pesquisas em Economia do Entretenimento do Instituto de Economia da UFRJ, encomendada pelo BNDES, havia nesse período, aproximadamente 3.000 editoras e 15 mil gráficas no país. O setor de distribuição, por sua vez, é composto de poucas firmas, geralmente de porte médio.

De acordo com dados da mesma pesquisa citada, a leitura é valorizada socialmente, porém não é associada ao lazer pelos leitores de baixa escolaridade; e nem mesmo é considerada uma forma atualizada de transmissão de conhecimentos (69% declararam ter acesso a formas mais modernas de atualização, como a Internet). De fato, além dos que declaram ter grande dificuldade de leitura (50% entre os que possuem o ensino fundamental I e 33% entre os que possuem o ensino fundamental II), apenas 32% dos adultos alfabetizados afirmaram gostar muito de ler, e neste caso, as mulheres se destacam, constituindo 60% das apreciadoras da atividade (mas isto é uma variante da classe social: quanto mais pobre o entrevistado, menor a presença das mulheres entre os apreciadores da leitura). Cruzando-se o número de leitores pela faixa de renda, são os que fizeram o curso médio que declararam ter maior prazer com a leitura, embora nem sempre sejam leitores jovens, já que 40% dos leitores que assim se declararam possuem mais de 40 anos. Isto também não é definido pela renda, já

que a maior parte dos apreciadores da leitura se encontra na faixa C (37%) e B (28%), enquanto apenas 10% dos mais ricos se incluem nesta categoria.

Sendo assim, a pesquisa conclui que são necessárias medidas como: a criação de políticas de fomento à criação de linhas de crédito especiais para o segmento livro nos bancos oficiais; a implantação de um fundo de garantia para as bibliotecas, que oriente suas compras dirigidas pelo interesse dos usuários; criação de um Fundo Nacional do Livro, alimentado por recursos do Tesouro e por um imposto sobre a atividade de pirataria – por exemplo, sobre a tinta empregada nas máquinas xerográficas e impressoras; subsidiar a produção de livros técnicos de autores nacionais, com recursos públicos e privados; subsidiar o consumidor mediante um sistema de vale-livro ou a criação de um cartão de crédito para a compra de livros por estudantes universitários, com uma taxa preferencial e canalizar os recursos para financiamento da tradução de livros brasileiros hoje ociosos do Ministério da Cultura para os livros científicos e criar uma vigorosa política de exportações.

Como no caso dos demais produtos da indústria cultural que passam por uma etapa especificamente manufatureira, as economias de escala são relevantes. Isto significa que os livros capazes de atingir grandes tiragens serão baratos, o contrário ocorrendo com aqueles de circulação restrita.

O preço é geralmente definido pela editora mediante a aplicação de uma fórmula que permite cobrir os custos vendendo apenas 40% da tiragem. Trata-se de somar os custos de papel, gráfica, diagramação, composição, revisão, tradução e capa, dividir este valor pelo número de exemplares da tiragem pretendida e assim obter o custo unitário do livro sem direitos autorais. Este valor deve ser multiplicado por cinco ou seis para se chegar ao preço final.

No setor gráfico atuam mais de 15 mil empresas, mas os negócios mais importantes com a impressão de livros são realizados por meia dúzia delas, pois o livro é um negócio especializado no campo gráfico.

A gráfica é uma empresa manufatureira típica, que pode beneficiar-se de crédito dos bancos oficiais na medida em que tem ativos fixos para oferecer como garantia. Tanto editores quanto distribuidores e livreiros enfrentam dificuldades na obtenção de crédito, por

falta de garantias semelhantes. O financiamento é realizado parcialmente com recursos próprios e mediante longos prazos de faturamento. Os grandes investimentos em bens de capital são realizados pelas gráficas, que recorrem ao crédito do BNDES. Na prática, em diversos casos, as gráficas desempenham o papel de financiador do restante da cadeia.

A produção de livros requer planta industrial específica e isto se traduz em equipamentos e serviços que crescentemente demandam constante atualização. A transformação tecnológica, centrada no uso da informática nas etapas produtivas anteriores à impressão, ocorreu no Brasil a partir dos anos 80. Tal mudança foi operada sobretudo por empresas paulistas, com a perda da hegemonia do parque gráfico fluminense.

A modernização resultou num aumento da capacidade de controle sobre a impressão e maior qualidade gráfica, mas o sucateamento tecnológico se dá em média em apenas 7 anos, o que implica a obsolescência do parque gráfico a um ritmo mais rápido do que a maquinaria empregada até finais dos anos 70. Com isto, limita-se a capacidade de obter novas reduções de custos e ganhos de escala.

A distribuição dos livros no Brasil é feita diretamente ao governo ou às livrarias através das distribuidoras. O problema logístico dessa atividade é enfrentado devido à grande dimensão territorial do país. Como sua margem de lucro é de 10 a 15% sobre o preço de capa³, fica inviável remeter pequenas quantias para pontos distantes dos centros editoriais.

As lojas que possuem registro de livraria, constituem um meio dependente de venda. Os meios independentes, onde segundo Magalhães (1981, p. 205) “o editor não depende de intermediários para fazer o livro chegar ao leitor” é um segmento do varejo representado pelos vendedores de porta a porta, na forma e crediário.

A biblioteca desempenha três papéis no setor editorial: banco de dados, informando ao leitor a bibliografia disponível acerca de um determinada palavra-chave; fornecedor de livros, ou o informa aonde pode obtê-lo – geralmente, mas nem sempre, de forma gratuita; e finalmente, como comprador de livros. Um sistema de bibliotecas convenientemente

³ Preço de capa é o valor, fixado pelo editor ou empresa jornalística, porque deve ser vendido o livro, folheto, revista, jornal etc. Guilherme (1996, p.98).

financiado pode responder por um volume significativo de compras de livros encadernados capaz de cobrir a maior parte dos custos editoriais e possibilitar o risco de uma reedição maior.

A difusão do livro no Brasil exige algum tipo de política que torne o livro mais barato, em relação à renda per capita. Os livros poderiam ser mais baratos se as tiragens fossem maiores, que só seriam possíveis se as vendas fossem maiores, que por sua vez exigem que os livros sejam mais baratos.

Mas para isso é preciso romper esta falha de mercado que é o círculo vicioso da mediocridade (os livros são caros porque as tiragens são pequenas; as tiragens são pequenas porque os livros vendem pouco; os livros vendem pouco porque são caros) atacando ao mesmo tempo pelo lado da demanda e da oferta.

Há outro problema no setor enfrentado e que é objeto de intensa e improdutiva campanha por parte dos empresários do setor que é o da pirataria do livro, resultando na falta de sintonia entre o custo da literatura e o poder aquisitivo dos estudantes. As cópias ilegais dominaram inteiramente a universidade brasileira, sobretudo sendo aceitas pelos praticantes como uma forma legítima de reação contra o alto preço dos livros. Criando-se, assim, uma cultura de tolerância com a cópia irregular.

Seria indispensável que os Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia agissem em conjunto apresentando a proposta às editoras e negociando a forma de sua aplicação.

3 DEFICIÊNCIA VISUAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

3.1 Deficientes Visuais - Breve Histórico

Os deficientes visuais nas comunidades primitivas e na antiga Prússia eram barbaramente torturados e condenados à morte. Já na Grécia, Homero, o grande trovador cego, possível escritor de *Ilíada* e *Odisséia*, acabou morrendo na miséria, recitando seus versos pela cidade. Para os gregos, a ausência da visão assumia uma conotação negativa, pois a fonte suprema da sabedoria era a natureza e o caminho e a contemplação pelos sentidos.

Em Roma, havia cegos de toda natureza, poetas, filósofos, como Cícero; na Alexandria, Dydmus, teólogo e matemático, assim como os pobres e miseráveis que perambulavam pelas ruas mendigando.

O modo de ver a cegueira no mundo oriental não tinha a mesma representação no mundo ocidental. Na cultura hebraica, árabe e hindu, o essencial era a audição, pois a fonte suprema da verdade é uma divindade invisível, que só poderia se comunicar com o homem pela palavra. Sendo assim, saber ouvir era muito importante. Por isso, nessas culturas, os cegos eram apreciados, possuidores do dom divino e de grande sabedoria.

Segundo Bruno (1999 [não paginado])

A valorização do corpo nas diferentes culturas é contextual. Na Grécia antiga, os deficientes físicos eram sacrificados porque não serviriam para soldado ou atleta. Tem-se aqui o valor do corpo, do materialismo como função social. “pelo corpo e habilidade, o homem se torna ser social, competente, competitivo e participativo.

Atualmente e com freqüência, encontra-se esse conceito difundido, inclusive na mídia. Na alegoria da caverna, Platão revela:

Um homem sensato aplicando à visão da alma o que se passa com o corpo, quando a visse confusa e embaçada para discernir os objetos, em vez de se rir sem razão procuraria saber se sua perturbação provinha de passar de um estado mais puro para as trevas da ignorância ou se, passando da ignorância para uma luz mais pura, se ofuscava por seu vivo resplendor... Deve-se concluir que a ciência não é como acreditam certos homens que se gabam de poder incuti-la na alma onde não existe, quase da mesma maneira que se dá aos cegos (Platão, p. 191-192).

Encontramos, aqui, o conceito aristotélico da razão, onde a contemplação e a sensorialidade são indispensáveis para se chegar à inteligência e à verdade suprema. Santo Agostinho, fortemente influenciado pela teoria platônica, apresenta o conceito de que Deus é a própria felicidade e de que a infelicidade humana é decorrente da natureza corruptível e perversa do homem:

Resta-me falar da voluptuosidade destes olhos da minha carne. Confessarei essas fraquezas, a fim de que eu chegue aos ouvidos do teu templo, ouvidos fraternos e piedosos. Concluiremos assim as tentações da concupiscência que ainda me perseguem... Os olhos amam a beleza e a variedade das formas, o brilho e a luminosidade das cores. Oxalá tais atrativos não me acorrentem a alma. Que ela seja somente possuída por aquele Deus que criou essas coisas tão boas (Confissões de Santo Agostinho, 1997, L.X.49-51).

Os ascéticos pregavam a completa separação do corpo, a negação das paixões, dos instintos, das debilidades e das misérias, para atingir a perfeição espiritual. Esse ponto de vista tão aguçado influenciou profundamente o pensamento ocidental, inclusive reforçando o juízo da deficiência como desgraça moral e resultado dos pecados cometidos pelo homem.

Da mesma forma, para o pensamento judaico, que seguia o Velho Testamento bíblico, era essa a verdade absoluta, e a cegueira tinha carregada significação de pecado. No texto bíblico é possível ter uma idéia de como funcionava isso:

E passando Jesus, viu um homem cego de nascença os discípulos lhe perguntaram, dizendo: Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego? (cego de nascença) Jesus respondeu: Nem ele pecou nem seus pais; mas foi assim para que se manifestasse nele a glória de Deus (BÍBLIA SAGRADA, Evangelho de João 9:1-3)

O modo de pensar de Jesus Cristo desfaz a filosofia e cultura do ocidente e oriente, introduzindo, aqui, uma nova maneira de arrazoamento a respeito da natureza humana. O cristianismo desfaz, assim, o conceito de deficiência visual como pecado e a supressão do ser humano defeituoso; agora o olhar físico dos sentidos, que só os olhos podem ver, não está mais em evidência e sim, a dimensão espiritual humana.

Contraditoriamente, essa valorização da criatura humana, com o apogeu do cristianismo, leva, na Idade Média, aos sentimentos de comiseração, compaixão e caridade,

segundo Bruno (1999 [não paginado]) responsáveis pela criação das primeiras instituições asilares de amparo social aos deficientes, geralmente sob a guarda das igrejas.

A ausência da visão sempre denotou uma forte imagem negativa em nossa cultura, expresso no pensamento de Descartes:

O olho, pelo qual a beleza do universo é revelada à nossa contemplação, é de tal excelência que todo aquele que se resignasse à sua perda privar-se-ia de conhecer todas as obras da natureza, cuja vista faz a alma ficar feliz na prisão do corpo graças aos olhos que lhe representam a infinita variedade de criação. (DESCARTES *apud* BRUNO, 1999, p.35)

Esse valor reducionista da sensorialidade, do corpo como máquina, influenciou muito a educação ocidental e perdura ainda em nosso meio. Tal pensamento não permite o prazer e o conhecer por outra via. No pensamento metafísico de alguns filósofos pode-se encontrar algumas idéias que se aproximam ou se afastam desse sentido.

Sócrates não falava do olhar do sentido, mas do espírito. São Tomás de Aquino dizia que o homem é um conjunto composto de alma e corpo. A alma não se subjeta ao corpo, tem o seu próprio ato de ser e dele faz participar o corpo.

Para Sartre *apud* BRUNO, 1999 “o corpo é o superado...é aquilo além do qual estou...” Desta forma, o corpo e o intelecto, então, não são suficientemente capazes de revelar o ser total, toda a integridade, a diversidade e as múltiplas determinações da natureza humana. Existe essa possibilidade de transcender o tempo e espaço, de transformar-se, de superar-se, apesar das limitações, no viver e no conviver com o outro.

3.2 A Trajetória da Educação Especial no Brasil

Segundo Lowenfeld *apud* BRUNO 1999, p. 67 somente a partir do final do Século XVIII, com a Escola de Cegos de Paris, fundada em 1784 por Valentin Haüy, e a criação da escrita braile (1834) por Louis Braille, é que se abrem novas perspectivas sociais de educação e independência para as pessoas cegas.

A trajetória da educação de pessoas com deficiência brasileira, tanto do ponto de vista histórico como filosófico, revela profunda dependência do pensamento e da tendência sócio-educacional européia e norte-americana desde seus primórdios.

Segundo Mazzotta (1996 [não paginado]), podemos, pois, afirmar que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos:- de 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado;- de 1957 a 1993 - definido por ações oficiais de âmbito nacional;- de 1993 aos dias atuais - caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

No primeiro período enfatizou-se o atendimento clínico especializado, mas incluindo a educação escolar; nesse tempo foram fundadas as instituições mais tradicionais de assistência às pessoas com deficiência. Segundo informações do Instituto Benjamin Constant, o brasileiro José Álvares de Azevedo realizou seus estudos em Paris, no Instituto Real dos Jovens Cegos, onde fora aprender a nova técnica e o método. Chegando ao Brasil, ensinou o sistema braile a Adèle Sigaud, filha do Dr. Xavier Sigaud, médico do Paço, que logo levou a D.Pedro II. A idéia de criar em nosso país um colégio destinado à educação e residência de pessoas cegas. Assim, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, hoje Instituto Benjamin Constant, tendo sido o primeiro educandário para cegos na América Latina e a única instituição federal destinada a promover a educação e a capacitação de profissionais para a criação de institutos em outros estados brasileiros.

A educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das Campanhas, que eram destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação do SurdoBrasileiro - CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES, no Rio de Janeiro.

Outras Campanhas similares foram criadas posteriormente, para atender à outras deficiências. Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) o Grupo-Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse Grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial – CENESP.

Desta forma, a partir do início do Século XX, e sendo comum o sistema de internato, foram criadas, no modelo educacional do Instituto Benjamin Constant, as primeiras escolas especiais: Instituto São Rafael, em Belo Horizonte (1926), Instituto Padre Chico, em São Paulo (1928), Instituto de Cegos da Bahia, em Salvador (1929), Instituto Santa Luzia, em Porto Alegre (1941), Instituto de Cegos do Ceará, em Fortaleza (1934), e Instituto de Cegos Florisvaldo Vargas, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (1957).

Essas instituições tiveram importante papel na educação de crianças com deficiência visual. Criadas num determinado momento histórico, quando o Brasil acabava de se tornar império independente, tornando-se uma República em 1889 e o governo passou a ser oficialmente uma democracia constitucional. Nessa época, a presidência alternava entre os estados dominantes da época, São Paulo e Minas Gerais ficou conhecida como Política do Café com Leite. A República proclamada adotou o modelo político baseado no sistema presidencialista. As reformas na educação tinham como princípio orientador a liberdade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Seguindo a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira. As intenções destas reformas eram transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica.

A década de vinte do século passado, foi marcada por diversos fatos relevantes no processo de mudança das características políticas brasileiras. Foi nesta década que ocorreu o Movimento dos 18 do Forte (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922), a Rebelião Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927). Nesse período complexo da História do Brasil surge a Reforma João Luiz Alves, que introduz a cadeira de Moral e Cívica com a intenção de tentar combater os protestos estudantis contra o governo do presidente Artur Bernardes.

Além disso, no que se refere à educação, foram realizadas diversas reformas de abrangência estadual, como as de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas Gerais, em 1927, a de Fernando de Azevedo, Rio de Janeiro, em 1928 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928.

A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no modelo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos".

Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido e assinado por conceituados educadores da época.

Refere-se a um documento com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação. O texto do manifesto dizia que "se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país". Segundo o documento, a causa principal dos problemas na educação está na "na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação". Os 26 educadores entendiam que "nunca chegamos a possuir uma *cultura própria*, nem mesmo uma *cultura geral* que nos convencesse da *existência de um problema sobre objetivos e fins da educação*". O grupo defendia novos ideais de educação e lutavam contra o empirismo dominante. Para tanto, defendiam "transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares". A educação nova, segundo o texto do manifesto, propunha "servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social". (MENEZES, 2002 [não paginado])

Em 1934, a nova Constituição dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Ainda em 1934, por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo. A primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931. Em 1935 o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, no atual município do Rio de Janeiro, com uma Faculdade de Educação na qual se situava o Instituto de Educação.

Entretanto, ainda hoje, muitas instituições não redimensionaram a forma de atendimento e a prática pedagógica, não se estruturaram e nem se organizaram para as novas demandas sociais. Há escolas que retiram o aluno do ambiente familiar e do contexto comunitário, outras realizam o trabalho pedagógico, sob o pretexto do ensino especializado, de forma individualizada e solitária, contribuindo, desta forma, para a existência ainda de escolas especiais segregadoras.

Nos estudos relatados por Anache (1994 [não paginado]):

A Instituição especializada é ainda o órgão majoritário no atendimento ao portador de deficiência visual, em Mato Grosso do Sul, apesar de começarem a surgir outras iniciativas nesse sentido. Mas essas se constituem em tentativas frágeis, que não dispõem de conhecimentos necessários sobre a questão para serem implantadas com eficácia.(...) A Instituição visa promover a educação do 'deficiente' da visão e a sua profissionalização para que se torne um cidadão ativo. Mas o que ocorre é o contrário. Existem esses anseios, porém, não existe uma coerência entre o discurso e a prática... A cada avanço se contrapõe e se coloca a reprodução de anos atrás. Sob o rótulo de 'excepcional', o 'deficiente' visual continua segregado na família, na escola, no trabalho e na própria instituição especializada. O resultado é um indivíduo marginalizado e com autoconceito debilitado, que tem dificuldades para se integrar, pois, como vimos, este processo implica acordo tácito entre indivíduo e meio.

Essa ainda é a realidade, principalmente no interior dos estados, como apontou Bruno (1997 [não paginado]) comentando esse fato. O grande marco na história da Educação dos deficientes visuais na América Latina foi, sem dúvida alguma, a criação da Fundação para o Livro do Cego no Brasil em 1946, hoje Fundação Dorina Nowill, situada em São Paulo, constituindo-se na primeira instituição a capacitar professores especializados para a atuação em escolas públicas. Assim, na cidade de São Paulo em 1950 e no Rio de Janeiro em 1957, foram criadas as primeiras salas de recursos e classes especiais em escolas públicas, nascendo, dessa forma, a educação especial sob o princípio da integração no sistema comum de ensino.

Outro avanço importante na história da educação especial na América Latina que muito contribuiu para a expansão do ensino integrado no Brasil foi a criação dos cursos de habilitação em nível superior, iniciados na década de 70, na Faculdade de Educação da Unesp, em Marília, e na Faculdade do Carmo, em Santos; e, na década de 80, na Universidade de São Paulo e na Faculdade de Educação do Paraná. Nessa mesma época, iniciam os cursos de especialização patrocinados pelo Ministério da Educação e Cultura-MEC: o primeiro deles em Belo Horizonte, promovido pela Fundação Hilton Rocha; seguiram-se Paraná e Rio de

Janeiro. Na década de 90, as universidades federais e estaduais, incentivadas pela Secretaria Nacional de Educação Especial, assumiram, em diferentes Estados, como Mato Grosso do Sul, Pará, Maranhão e Ceará, entre outros, a capacitação de profissionais na área da educação especial.

Tais realizações valorizam o desenvolvimento das potencialidades e a preparação para o desenvolvimento intelectual e o trabalho como elemento de auto-realização, proporcionando ao educando a formação necessária ao processo de socialização e do exercício consciente da cidadania.

Apesar de os objetivos da educação especial não terem sido diferenciados dos da educação geral, contemplando a formação integral do educando, os mesmos reforçaram a necessidade de preparação desses alunos para participação social.

Maior avanço observa-se após 1975, com a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e, no Brasil, com o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, em 1981, oportunidade em que começam a ser traçadas pelo Sistema Público as metas, as diretrizes e os objetivos para a educação especial.

Nesse sentido, a legislação incluiu no conceito de currículo pleno o núcleo comum de caráter obrigatório e a parte diversificada para atendimento às diferenças individuais, delegando, ainda, aos Conselhos Estaduais, a atribuição de normatizar a legislação de acordo com as peculiaridades de cada Estado.

A educação de alunos com deficiência visual foi pioneira na integração desses alunos no ensino comum. Entretanto, a responsabilidade de supervisão, acompanhamento pedagógico, produção do livro braille e aquisição de equipamentos específicos que são importados, ficaram sempre condicionados às instituições especializadas, as quais acabaram assumindo a responsabilidade pelo ensino desses educandos.

Pela necessidade de políticas públicas com ações integradas, voltadas às necessidades específicas do educando e ao compromisso de oferecer educação de qualidade, com maior capacitação de recursos humanos e oferecimento de equipamentos específicos, necessários ao

processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência visual, a Secretaria Nacional de Educação Especial, encampou a proposta do Projeto CAP-Centro de Apoio Pedagógico, instalado em São Paulo, em 1994, como ação de Política Nacional.

Esse projeto, implantado em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia, Ceará, Sergipe e Pará, serve de apoio à inclusão. Quanto às questões de Política Pública na nova LDB nº 9.394/96, a educação especial é concebida sob os mesmos princípios da educação geral no seu art.2º, ou melhor, sob “os princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana”, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação especial figura na política educacional brasileira desde o final da década de 50 e sua situação atual decorre de todo um percurso estabelecido por diversos planos nacionais de educação geral, que marcaram sensivelmente os rumos traçados para o atendimento escolar de alunos com deficiência.

A evolução dos serviços de educação especial caminhou de uma fase inicial, eminentemente assistencial, visando apenas ao bem-estar da pessoa com deficiência para uma segunda, em que foram priorizados os aspectos médico e psicológico. Em seguida, chegou às instituições de educação escolar e, depois, à integração da educação especial no sistema geral de ensino.

É importante destacar que as transformações exigidas pela inclusão escolar não são utópicas e que existem meios de efetivá-las. Essas mudanças já estão sendo implementadas em alguns sistemas públicos de ensino e em escolas particulares no Brasil e no exterior, que aceitaram o desafio de se tornar verdadeiramente inclusivos e estão fundamentados nas teorias educacionais pós-modernas, no multiculturalismo, e em novos paradigmas que emergem no cenário da educação neste início de século.

O assunto foi tratado na Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70. (MENEZES, 2002 [não paginado]):

Sua proposta inovadora procura proporcionar a oportunidade da educação especial estar dentro da estrutura de ‘educação para todos’ firmada em 1990. Além disso, de acordo com Menezes (2002 [não paginado]) “A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for.”

4 O SISTEMA E O MERCADO EDITORIAL EM BRAILLE NO BRASIL

4.1 O Sistema Braille

O sistema de leitura para cegos recebeu o nome Braille em homenagem ao seu criador, Louis Braille. Ainda criança, ao brincar na oficina do pai, Louis machucou o olho esquerdo com um instrumento pontiagudo. A infecção que se seguiu ao ferimento alastrou-se ao olho direito, provocando a cegueira total. Na tentativa de que Louis tivesse uma vida o mais normal possível, os pais e o padre da paróquia, Jacques Palluy, matricularam-no na escola local. Louis tinha enorme facilidade em aprender o que ouvia e em determinados anos foi escolhido líder da turma. Com 10 anos de idade, Louis ganhou uma bolsa do Institut Royal des Jeunes Aveugles de Paris (Instituto Real de Jovens Cegos de Paris).

O fundador do instituto, Valentin Haüy, foi um dos pioneiros na criação de programas para ensinar os deficientes visuais a ler. Antes desse histórico invento, registram-se inúmeras tentativas em diferentes países, no sentido de se encontrarem meios que proporcionassem às pessoas cegas condições de ler e escrever. As primeiras experiências de Haüy eram com gravações em alto-relevo de letras grandes, em papel grosso. Esses esforços serviram de base para desenvolvimentos posteriores. Embora as crianças aprendessem a ler com este sistema, não podiam escrever porque a impressão era feita com letras costuradas no papel.

Louis Braille aprendeu a ler as grandes letras em alto-relevo nos livros da Biblioteca de Haüy. Mas também era ciente que apesar daquele método lhe dar a oportunidade de ler, ele era além de lento, pouco prático. Quando ele tinha apenas 12 anos, Charles Barbier, capitão reformado da artilharia francesa, visitou o instituto onde apresentou um aparelho de comunicação chamado de escrita noturna ou sonografia. Era um método de comunicação tátil que usava pontos em relevo arranjados num retângulo com seis pontos de altura por dois de largura e que tinha aplicações práticas no campo de batalha, quando era necessário ler mensagens sem utilizar a luz que poderia desvendar posições. Assim, era possível trocar ordens e avisos de modo silencioso. Nesse sistema, era utilizada um objeto pontiagudo para marcar pontinhos em relevo em papelão, que então podiam ser sentidos no escuro pelos combatentes. Baseava-se numa tabela de trinta e seis quadrados, cada quadrado representando

um som básico da linguagem humana. Duas fileiras com até seis pontos cada uma eram gravadas em relevo no papel. O número de pontos na primeira fileira indicava em que linha horizontal da tabela de sons vocálicos se encontrava o som desejado e o número de pontos na segunda fileira designava o som correto naquela linha.

Esta idéia de usar um código para representar palavras em forma fonética foi embutido no Instituto. A significação tátil dos pontos em relevo do invento de Barbier foi a base para a criação do Sistema Braille, aplicável tanto na leitura como na escrita por pessoas cegas e cuja estrutura diverge fundamentalmente do processo que inspirou seu inventor. Louis Braille dedicou-se de forma entusiástica ao método e passou a executar alguns avanços.

Assim, nos dois anos seguintes, Braille empenhou-se em simplificar o sistema. Finalmente criou um método hábil, eficiente e bem mais simples, baseado numa célula com somente três pontos de altura por dois de largura. Enquanto o de Barbier era baseado em 12 pontos, o sistema desenvolvido por Braille, mais elementar, possuía apenas 6 pontos.

Braille, em seguida, melhorou o seu próprio sistema, incluindo a notação numérica e musical. Em 1824, com apenas 15 anos, Louis Braille terminou o seu sistema de células com seis pontos. Pouco depois, ele mesmo começou a ensinar no instituto e, em 1829, publicou o seu método exclusivo de comunicação que hoje tem o seu nome. Até hoje, exceto alguns pequenos progressos, o sistema continua basicamente o mesmo.

Sendo um sistema realmente eficaz, por fim tornou-se popular. Hoje, o método simples e engenhoso elaborado por Braille torna a palavra escrita acessível a milhões de deficientes visuais. Transformou-se num importante marco na história das conquistas para a educação e a integração dos deficientes visuais na sociedade.

O Braille é lido da esquerda para a direita, com uma ou ambas as mãos. Cada célula braille permite 63 combinações de pontos. Assim, podem-se indicar combinações para todas as letras e para a pontuação da maioria dos alfabetos. Vários idiomas usam uma forma abreviada de braille, na qual certas células são usadas no lugar de combinações de letras ou de palavras freqüentemente usadas. É possível ler uma grande quantidade de palavras em um curto período de tempo, dependendo da prática que se adquire.

As 63 hipóteses de combinação dos pontos são utilizadas para pontuação, contrações e abreviaturas especiais. Estas contrações e abreviaturas às vezes dificultam o aprendizado, pois é necessário memorizar todos os sinais; sendo assim, fica um pouco complicado especialmente para as pessoas que ficam cegas com uma certa idade. Por essa causa, há vários "graus" de braille. O grau um é o braille por extenso, ele só utiliza os sinais que representam o alfabeto e a pontuação, os números e alguns poucos sinais especiais de composição que são específicos do sistema. Corresponde, letra por letra, à impressão visual que é observável num texto comum. Este grau é o mais fácil de se aprender, visto que há menos sinais para memorizar. Por outro lado, o braille grau um é o mais lento para ser transcrito e lido, e o seu impresso, mais volumoso.

O braille grau dois é uma forma mais abreviada do braille. Por exemplo, em inglês, cada um dos 26 sinais que representam o alfabeto têm um sentido duplo. Se o sinal é usado em acordo com outros modelos dentro de uma palavra, representa apenas uma letra, mas se estiver separado representa uma palavra comum. Isto ocorre de forma parecida ao braille português. Assim, por exemplo, o sinal para "n" isolado representa não, "abx" representa abaixo, "abt", absoluto, "ag", alguém, e assim por diante. Outros sinais são empregados para representar prefixos e sufixos comuns. O uso de contrações e abreviaturas reduz bastante o tempo envolvido em transcrever e ler a matéria, bem como o tamanho do volume acabado. Atualmente, portanto, este é o grau mais comum do braille. Em contrapartida, é mais difícil de aprender, pois é fundamental memorizar todos os 63 sinais diferentes (a maioria dos quais tem mais de um significado, dependendo de como são usados), além de ter que aprender o conjunto de regras necessárias que regem quando cada sinal pode ou não ser usado.

O grau três é a forma de braille mais abreviada e, portanto, a que apresenta mais dificuldades, usada especialmente no inglês. No grau três há várias contrações e abreviaturas a memorizar, e as regras que governam o seu uso são correspondentemente difíceis. O braille grau três é comumente utilizado em anotações científicas ou em outros assuntos muito técnicos. Diante da dificuldade, um número menor de deficientes visuais conseguem ler este grau de braille, por isso, não é usado com muita frequência.

O braille, como meio de comunicação, provou ser muito adaptável. Quando Louis Braille primeiramente inventou o sistema de leitura, aplicou-o à notação musical. O método

funciona tão bem que a leitura e escrita de notações musicais são mais fáceis para os cegos do que para os que veêm. Alguns utensílios do cotidiano têm sido produzidos em Braille. Como exemplo, temos os relógios com ponteiros reforçados e números em relevo, em braille, de modo que os dedos possam sentir as horas; também alguns termos matemáticos, científicos e químicos têm sido transpostos para o braille, possibilitando espaços de conhecimento para os leitores cegos.

Segundo Lemos, (1996, p.5) “as divergências em relação à simbologia braille para a matemática e as ciências, se acentuaram diante das necessidade de adoção de novos símbolos, determinada pela evolução técnica e científica do século XX”. A primeira tentativa de unificar essa simbologia realizou-se na cidade de Viena, em 1929, onde se reuniram países da Europa e os Estados Unidos. Depois disso, reuniu-se o Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos, criado em 1952, hoje União Mundial de Cegos, com apoio da UNESCO, que passou a se preocupar, através de seus especialistas, com o problema da unificação da simbologia matemática e científica, em nível mundial.

Com esse mesmo propósito, a Organização Nacional de Cegos da Espanha (ONCE), em princípios da década de 1970, desenvolveu estudos através da análise e comparação de diferentes códigos em uso no mundo, para, finalmente, propor um código unificado que denominou "Notación Universal". A Conferência Ibero-Americana para a unificação do Sistema Braille, realizada em Buenos Aires, 1973, foi uma tentativa de se estabelecer um código único para países de língua castelhana e portuguesa. Na oportunidade, foram apresentados três trabalhos, elaborados pela Espanha, Argentina e Brasil.

O Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos, reunido por seu Comitê Executivo na cidade de Riyadh, Arábia-Saudita (1977), criou o Subcomitê de Matemáticas e Ciências, integrado por representantes da Espanha, Estados Unidos, União Soviética, Alemanha Ocidental e Inglaterra, com a finalidade principal de promover, em diferentes países, estudos e experiências de âmbito nacional e regional, visando a unificação dos diversos códigos em uso.

Em países de língua castelhana, finalmente, foi possível um acordo para a unificação da simbologia matemática, celebrado em 1987 na cidade de Montevidéu, durante uma reunião

de representantes de imprensas Braille dos países que falam o referido idioma. A esta reunião compareceram representantes brasileiros como observadores.

Especialistas no Sistema Braille do Brasil, especialmente ligados ao Instituto Benjamin Constant e, hoje, à Fundação Dorina Nowill para Cegos, a partir da década de 1970, passaram a se preocupar com as vantagens que adviriam da unificação dos códigos de matemática e das ciências, uma vez que a tabela de Taylor, adotada no Brasil desde a década de 1940, já não vinha atendendo satisfatoriamente à transcrição em Braille. Segundo Lemos (1996 [não paginado]) “após a introdução dos símbolos da matemática moderna, revelando-se esta tabela insuficiente para as representações matemáticas e científicas em nível superior”.

Deste modo, o Brasil participou inicialmente e, posteriormente, acompanhou os estudos desenvolvidos pelo Comitê de especialistas da ONCE, que resultaram no Código de Matemática Unificado.

Em 1991 foi criada a Comissão para Estudo e Atualização do Sistema Braille em uso no Brasil, com a participação de especialistas representantes do Instituto Benjamin Constant, da Fundação Dorina Nowill para Cegos, do Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos, da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais e da Federação Brasileira de Entidades de Cegos, com o apoio da União Brasileira de Cegos e o patrocínio do Fundo de Cooperação Econômica para Ibero América - ONCE-ULAC. Os estudos desta comissão foram concluídos em 18 de maio de 1994, constando das principais resoluções a de se adotar no Brasil o Código Matemático Unificado para a Língua Castelhana, com as necessárias adaptações à realidade brasileira.

Por orientação da União Brasileira de Cegos, especialistas da Comissão na área da matemática vêm realizando estudos para o estabelecimento de estratégias para a implantação, em todo o território brasileiro, da nova simbologia matemática unificada.

Com o patrocínio financeiro da Organização Nacional dos Cegos da Espanha (ONCE), a Fundação Dorina Nowill para Cegos (FDNC), em 1998, publicou a primeira edição em Braille do Código Matemático Unificado para a Língua Portuguesa.

Além destas características elementares, é necessário levar em consideração outros conceitos, habilidades, destrezas e realidades emocionais, sociais, culturais etc. O sistema braille é universalmente associado à falta da visão e, como símbolo de cegueira, desperta curiosidade, fantasias e sentimentos. Para as pessoas que não conhecem essa modalidade de escrita e leitura, ao primeiro contato, o braille representa apenas pontos bordados no papel, um conjunto de grãos ou de caroços esculpido em uma superfície lisa, um código indecifrável, uma incógnita, um mistério, uma espécie de hieróglifos.

Mas, segundo Sá, (2005, p.2) “para as pessoas cegas, representa uma alternativa que amplia as possibilidades de informação, um dispositivo emancipatório e desafiador”.

4.2 A Transcrição dos Livros em Braille

Consciente da complexidade e sensibilidade do assunto e sabendo da importância do Sistema Braille para a emancipação do portador de deficiência visual, pois através dele, os canais de informação sobre o mundo de que este último dispunha puderam multiplicar-se, quantitativa e qualitativamente, numa escala sem precedentes e não obstante o reconhecimento de suas indiscutíveis virtudes, seria imprudente passar ao largo de algumas dificuldades próprias do sistema.

A primeira, sem dúvida, é o volume que a transcrição de qualquer texto, sobretudo a dos textos literários, necessariamente implica. A segunda, obviamente consequência da anterior, é o problema do espaço necessário para acolher as obras transcritas, problemas cujos desdobramentos se farão sentir, mais cedo ou mais tarde, no âmbito financeiro. A terceira dificuldade e, certamente não a menor delas, é a deterioração rápida do material impresso, por compressão. Evitá-la, tem novamente implicações de caráter espacial, por causa do acondicionamento, sem falar nos recursos de pessoal necessários ao manuseio adequado do acervo.

É importante lembrar que a própria utilização do livro pode também contribuir para o aplainamento do relevo pontilhado. Qualquer livro está sujeito ao desgaste pelo uso, porém, o livro braille, neste sentido, é mais sensível aos efeitos da leitura.

Finalmente, é de domínio público o fato incontornável de que o acervo de obras no Sistema Braille disponível nas bibliotecas, especializadas ou não, continua muito aquém das necessidades dos portadores de deficiência visual.

O emprego de desenhos, gráficos e cores nos livros modernos dificulta a transcrição para o Sistema Braille. Este fato impõe a adoção de uma das seguintes soluções: a primeira seria a adaptação do livro para transcrição em Braille, o que pode acarretar perda de fidelidade quanto ao original, daí a necessidade de tais adaptações serem feitas por pessoas realmente especializadas na educação de deficientes visuais; e a segunda, a elaboração de livros especiais para cegos, que embora atenda às peculiaridades do leitor cego, é onerosa e lenta na elaboração, decorrendo, assim, dificuldades em sua aplicação quando inexistirem recursos materiais indispensáveis.

4.3 Impressão Braille no Brasil

A tecnologia de impressão Braille computadorizada surgiu nos Estados Unidos no final dos anos 70, como uma consequência do movimento dos regressados mutilados da Guerra do Vietnã, e teve forte incremento nos anos 80, com o barateamento da microeletrônica e da computação.

Hoje existem disponíveis no mercado internacional muitas marcas de impressoras Braille e muitos softwares específicos para impressão, gerados em muitos países. Com a expansão do uso de microcomputadores, o preço destes artefatos também tem caído bastante. Por razões de mercado, esses equipamentos e softwares são preparados para impressão de textos principalmente nas línguas dos países desenvolvidos em especial o inglês, para o qual uma grande quantidade de sistemas estão disponíveis.

Como são produtos voltados para um segmento pequeno da sociedade, não existe produção em massa, e dessa forma, o custo desses artefatos é muito maior do que suas contrapartes para o público de visão normal. Mesmo nos países avançados, o número de pessoas especializadas na operação e manutenção de produtos tecnológicos para cegos também é muito pequeno, e portanto, isso também é muito caro.

A partir de meados dos anos 1990, começou um movimento de importação de impressoras Braille para equipar algumas escolas e instituições. Os equipamentos provinham principalmente de três países: Alemanha, Estados Unidos e Suécia. Segundo (BORGES [não paginado])

Os representantes comerciais, interessados apenas na venda dos equipamentos, não se preocuparam em montar nenhuma estratégia de manutenção no país, e também não tinham a menor idéia de como fazer esses equipamentos funcionarem para produzir o Braille em codificação segundo o padrão brasileiro. Os nefastos resultados foram imediatos: grande parte destas impressoras ficou parada por muitos meses ou até anos, mesmo em instituições de grande porte, como o Instituto Benjamin Constant. Mesmo quando se conseguia, graças a alguma adaptação feita de forma artesanal de software, fazê-las funcionar, eventualmente estas impressoras enguiçavam, às vezes por causas bobas, e tinham que ficar paradas por meses à espera de peças de reposição.

Os softwares estrangeiros de impressão Braille poderiam ter sido adaptados para geração de Braille brasileiro. Entretanto, como o mercado era muito pequeno, as empresas que revendiam estes produtos não tinham maior interesse no investimento nesse trabalho. Assim, em muitos lugares, cópias de softwares bons e caros como o Duxbury foram compradas, subutilizadas ou mesmo não utilizadas, pela inexistência de pessoal com conhecimento técnico adequado, tanto em termos de programação quanto de Braille, para realizar as adaptações necessárias. De acordo com (BORGES, [não paginado])

Sem dúvida, o maior motor para disseminação da impressão Braille no Brasil foram os programas produzidos pelo Projeto DOSVOX, a partir do convênio firmado entre a UFRJ e o Instituto Benjamin Constant. Embora tecnologicamente muito simples, os programas Interpon (primeira adaptação real do processo de impressão para o Braille Brasileiro) e Braivox (versão posterior, criada como ferramenta de impressão Braille do DOSVOX, também operável por cegos), se estabeleceram como a forma mais usual de impressão Braille a partir de 1996.

Esses programas apenas tomavam um texto comum gerado num editor de textos, com pequenas marcações adicionais, e realizavam o controle da impressora Braille para imprimi-lo, segundo os padrões brasileiros. O Instituto Benjamin Constant, entidade padrão para educação de cegos no Brasil, adotou o DOSVOX e o impressor Braivox) em seus cursos de capacitação em 1997. Posteriormente, um acordo informal entre o Projeto DOSVOX e os revendedores de equipamento de impressoras, estabeleceu que cada impressora vendida levaria também uma cópia gratuita do Dosvox Estudantil, com o impressor Braivox. Esses dois fatos vieram a estabelecer o Braivox como padrão de fato no Brasil até 1999.

Algumas decisões tecnológicas importantes foram tomadas no Braivox. A primeira foi a adoção do Braille de grau um como única alternativa de impressão, o que facilitou bastante a implementação, por ser o menos complicado. A segunda foi a adoção em sua lógica interna de uma tradução em dois passos, de texto para um código intermediário de Braille brasileiro (chamado meta-braille), e no segundo passo de meta-braille para o código americano (American Computer Braille II).

A causa disso foi a constatação de que todas as impressoras produzidas no mundo têm uma opção para falar este código, o que é evidente, visto que os Estados Unidos são o maior mercado comprador de tecnologia do mundo, e assim o Braivox é compatível com todas as impressoras Braille do mercado internacional. Segundo (Borges, [não paginado])

Houve ainda algumas pesquisas interessantes, das quais o mais importante é o sistema Tactus, da Universidade Federal de Santa Catarina. Funcionando como um editor de textos integrado a um tradutor Braille e usando como plugins programas de OCR externos, este programa produzia um Braille de qualidade com bastante simplicidade de operação. Entretanto, estes projetos não conseguiram o apoio logístico e financeiro para se expandir por todo país, tendo sido usados apenas em regiões específicas do país.

Isso não é necessariamente verdade para todos os tipos de material, em especial aqueles que envolvem gráficos. Entretanto, especialmente para materiais que envolvam apenas texto, o processo de arranjo do texto é mais flexível e permite experimentação de layouts com mais facilidade. No caso de gráficos, as melhorias tecnológicas das máquinas e dos programas estão propiciando um controle maior sobre o posicionamento dos pontos no papel, produzindo um material tátil de qualidade semelhante à produzida por pedaleiras Braille. Existe a possibilidade de transcrever textos provindos de vários meios.

Além da digitação do texto, é possível também extrair textos e gráficos diretamente do papel utilizando um scanner e programas específicos de tradução, ou buscá-los em mídias gravadas ou na Internet, diminuindo drasticamente o tempo de transcrição. Através da inteligência dos programas, o texto ou gráfico é tratado ou adaptado para se adequar às peculiaridades da comunicação tátil.

Como se utiliza um editor de textos para criar e acertar o material a transcrever, é possível errar, corrigir e reimprimir, gerando e melhorando sucessivas versões do material com muito menor esforço.

O texto produzido é armazenado na forma digital, sendo assim, viável o seu transporte através de meios como disquetes, CD-ROM ou mesmo pela Internet. Um texto pode ser gerado num centro de produção e reproduzido a milhares de quilômetros de distância, sem a necessidade do transporte de papel.

Os equipamentos de impressão Braille são preparados para poderem ser acoplados a qualquer tipo de computador, desde microcomputadores até equipamentos de grande porte, através do uso das mesmas interfaces que foram estabelecidas na década de 1980 para impressoras convencionais de tinta.

Elas poderiam ser classificadas em duas categorias: as impressoras de uso direto, que produzem o texto tátil sobre papel, e as impressoras de clichê que se destinam a produzir chapas de alumínio que serão utilizadas posteriormente para imprimir Braille em prensas de papel.

4.4 Mercado de Livros em Braille

A qualidade de vida dos deficientes visuais melhorou desde que algumas empresas passaram a imprimir o código braille nas embalagens dos produtos. As empresas estão abrindo os olhos para esse grupo consumidor e colocando no mercado remédios, alimentos, cosméticos, roupas, relógios, jóias e eletrodomésticos com braile.

A Sadia adotou as inscrições em braile, em 2000, por sugestão de um funcionário portador de deficiência visual. Hoje, o sistema está nas embalagens de 230 de seus produtos. O Grupo Pão de Açúcar usa desde 2002 o braille em todos os 342 itens de suas marcas próprias Goodlight e Extra. Os cosméticos da Shizen e da Natura, o cardápio da rede de fast-food McDonald's e os medicamentos do laboratório Aché também adotaram o sistema. (FRUTUOSO, 2004 [não paginado])

Por muito tempo, para os leitores cegos, o ato de ler demandava a colaboração de leitores voluntários ou remunerados, nem sempre disponíveis no momento necessário ou desejado. De acordo com Sá (2006, p.3)

não raro, a conversão de livros em tinta para o sistema braille, suporte digital ou mesmo para a simples gravação em fitas cassetes envolve custos adicionais e depende da disponibilidade em bibliotecas e entidades para cegos, dificultando o acesso à leitura pelos deficientes visuais.

Mas ultimamente há uma nova visão a seu respeito, que mostra que pessoas com deficiência são detentoras de direitos, cidadãos e consumidores autônomos, com capacidade de compra, tomada de decisões e assunção de responsabilidades e independência. Por esse motivo, os mercados, inclusive o editorial, têm aberto suas portas para esse novo cliente, procurando se adaptar às suas peculiaridades.

A Sá Editora é responsável pela publicação da primeira edição de um livro comercial em Braille no Brasil, em 2005 – publicou o livro *Feche os olhos para ver melhor*, de Sérgio Sá. A idéia central do livro é o desenvolvimento de nossos próprios sentidos e a descoberta de novos limites para suas expansões, através de reflexões e relatos de experiências vividas pelo autor, em um depoimento sobre sua condição de deficiente visual e sua relação com o mundo.

A obra sugere que criemos novas maneiras de ver, ouvir, sentir, lidar com o mundo. Reavaliando o potencial de nossos recursos físicos, mentais e espirituais. Além de abordar temas como a integração social do deficiente físico, a supervalorização da imagem nos dias atuais, conflitos entre individualismo e auto-estima se apresentam de maneira simples e instigante. Sá (2006, p.2) diz:

A cultura da imagem, tão forte, capaz de anestesiar os sentidos, [...] leva-nos a renunciar a multiplicidade. Agora sei que não é preciso apenas ver para crer; podemos também ouvir para acreditar, cheirar para compreender, sentir o paladar para aprender, tocar para interagir.

Esta iniciativa visa ampliar o universo da leitura aos deficientes visuais no país: o custo do livro em Braille ainda é muito alto, a produção requer máquinas especializadas, papel de alta gramatura, baixas tiragem e limita-se, basicamente, aos didáticos e clássicos da literatura. Além disso, o processo de impressão tem suas peculiaridades, entre elas a necessidade do trabalho de revisores cegos, profissionais que conferem os textos letra por

letra, com o tato. Sérgio Sá classifica seu livro não como um manual para cegos ou só para videntes; mas para pessoas, pois explora o universo dos outros sentidos, procurando mostrar como é possível ampliar canais de percepção que possam estar atrofiados pelo mundo das imagens.

A Sá Editora estuda, ainda, a possibilidade de lançar edições em Braille de alguns de seus sucessos editoriais e, quem sabe, atingir um novo leitor. Segundo informações no site da Sá Editora, estima-se que o mercado consumidor de deficientes visuais gire em torno de 500 mil pessoas. (SÁ..., online)

O livro *Dorina viu* conta a história de vida determinada e cheia de alegria de Dorina Nowill, a professora que ficou cega aos 12 anos e abriu caminhos para uma vida e realizações e sucesso. O texto é de autoria da escritora Claudia Cotes, fonoaudióloga e doutoranda em Linguística, que resolveu escrevê-lo quando conheceu Dorina e seu trabalho à frente da Fundação Dorina Nowill para Cegos, onde produz livros em Braille e divide com outras pessoas seu amor à leitura e à vida. A impressão da publicação de 24 páginas em português e em braille permite sua leitura independente por crianças com deficiência visual. As crianças que enxergam poderão ter contato com o sistema braille.

As ilustrações são do artista plástico Dimaz Restivo, que dedicou-se a um projeto gráfico compreensível para o leitor de visão normal, para o de baixa visão e para o leitor cego. Esse livro foi incluído pela Paulinas Editora na coleção Fazendo a Diferença, criada com o objetivo de abordar a deficiência de forma positiva e lúdica, para uma educação inclusiva dos deficientes visuais na comunidade. (LIVRO..., online)

Outra editora que tem apostado na leitura como instrumento de inclusão é a Editora Globo, com seus personagens das histórias em quadrinhos, com a *Coleção Conheça a Turma*, que apresenta os personagens da Turma da Mônica em braille. A intenção é permitir que crianças cegas e com baixa visão também possam conhecer o maravilhoso universo criado por Mauricio de Sousa. Os dois primeiros livros - de uma série de 20 - são *Oi, eu sou a Mônica* - *Oi, eu sou o Cebolinha*. Ambos foram escritos por Yara Maura numa linguagem simples e divertida, com a preocupação de apresentar os personagens. Para isso, há sempre uma página contando as coisas que eles mais gostam de fazer, suas travessuras, brincadeiras e seus

melhores amigos, seguida de outra com desenhos em braille (com os contornos tracejados ou pontilhados em alto relevo). Assim, as crianças podem identificar, pelo tato, quem é quem.

Na capa das edições há também um selo da Dorinha, personagem com deficiência visual criado por Mauricio de Sousa, para identificar os livros em Braille. Outro diferencial desta Coleção é a aposta no conceito do livro inteligente. As páginas das edições apresentam letras grandes e cores diferenciadas para atingir também crianças com baixa visão - que possuem um resíduo visual e necessitam de recursos especiais para a leitura. A adaptação, contudo, vai muito além da simples transcrição do conteúdo em pontos. As histórias, originalmente publicadas em 2004, tiveram a tipologia refeita e as imagens totalmente reestruturadas. Os locais em que haviam tons sombreados, por exemplo, passaram a ter cores chapadas para facilitar a visualização de quem tem baixa visão. E tudo foi feito com o auxílio de uma equipe de consultores com deficiência visual, para garantir que as ilustrações e o texto fossem adaptados de maneira correta. Sobre isso, Maurício de Sousa diz:

Há tempos vinha pensando em incluir personagens com deficiência nas minhas histórias. Seria uma forma de sugerir inclusão e, ao mesmo tempo, mostrar diversidade. Eu já tinha o Humberto, que não fala. Mas era pouco. Daí comecei a estudar junto a diversas instituições para cegos como tratar o assunto de forma adequada, atualizada, sem perigo de passar algum tipo de preconceito. E de minhas observações a partir de estudos em Goiânia (na Biblioteca Braille José Alvares de Azevedo), em algumas pequenas cidades do interior do país e, finalmente, da proximidade com Dorina Dowill e seu instituto, nasceu a simpática e sabida Dorinha. Hoje uma personagem vitoriosa junto à Turma da Mônica, ao lado do cadeirante Luca, nascido com o mesmo propósito. (TURMA...online)

Segundo Lucia Machado, diretora da Unidade de Negócios Infantis da Editora Globo, "os personagens da Turma da Mônica são ferramentas ideais para ajudar na maior integração das crianças com deficiências visuais à sociedade". Em seus quadrinhos, Mauricio de Sousa mostra que crianças com deficiências devem viver a infância em sua plenitude. E agora, elas também vão poder se divertir com Mônica, Cebolinha, Cascão, Magali e companhia. As obras custam em torno de R\$ 15,00. (TURMA..., online)

A editora moderna também apostou nesse mercado lançando o livro *Pensando e Fazendo Educação de Qualidade*, a partir da recomendação de uma leitora cega e de uma das autoras da obra. As 128 páginas da edição original foram impressas em dois volumes, cada um deles com quase 170 páginas, com uma capa plastificada e encadernação espiral. (LIVRO..., online)

5 METODOLOGIA

Compreender a realidade e possibilidades de aprendizado principalmente de leitura, no cotidiano das pessoas com deficiência e o seu entorno significa contemplar as dimensões simbólicas implícitas na ação social, mergulhar nos conflitos existenciais humanos para apreender a realidade interna, o imaginário e representações que orientam a ideologia assumida no contexto social.

A metodologia escolhida é alternativa e se configura na análise do discurso de deficientes visuais que manifestam e comunicam o viver, suas experiências com educação, leitura e Braille, suas produções e os conflitos das representações individuais e coletivas.

No estudo da avaliação qualitativa, o resultado não se limita a dados fechados, mas expande-se a testemunhos, apresentando sugestões. Para Demo (1989, p.252)

Depoimento não é apenas um relatório, produto formal de um observador transeunte, mas um testemunho, do qual o avaliador é um todo consorciado, desde o cientista ao comunitário. Ao mesmo tempo, é proposta, que vai à prática, partindo da teoria, e vice-versa. Aponta caminhos alternativos, pistas diferenciadas, descobre outros problemas, parte para confrontações ulteriores, revisa, reconstrói. Conhecer para mudar, mudar para conhecer.

A metodologia alternativa traz novas possibilidades de pesquisa, se sobressaindo das antigas, onde a realidade precisava se adequar ao método, com a pesquisa-participante ou pesquisa-ação. Segundo Demo (1989 p.229)

desde sempre houve buscas alternativas, que podemos referenciar nas expressões da hermenêutica, entendida como arte da interpretação e da comunicação humanas, onde sempre há lago de mistério, para além de horizontes científicos, ou da fenomenologia, entendida como compromisso em tornar as ciências sociais algo existencial, do cotidiano, da relevância significativa, para além da forma científica. Ultimamente têm surgido outros movimentos de grande impacto, ainda que seus resultados práticos sejam por demais discutíveis, como a pesquisa participante ou pesquisa-ação, voltadas para a ligação indestrutível entre teoria e prática, ou a avaliação qualitativa, comprometida em avaliar manifestações sociais dotadas de qualidade política.

O caminho a ser percorrido permite a comunicação entre os indivíduos para elaboração de pensamentos compartilhados desenvolvidos na vida cotidiana. Havendo entre sujeito e objeto a informalidade necessária para que aconteça um diálogo baseado na confiança, onde a

comunicação flui com muito mais facilidade, então para analisar o significado da deficiência na vida cotidiana e como essas pessoas lidam com a educação e mais especificamente, com o braille, implica analisar pensamentos, comportamentos, atitudes e preconceitos, por isso é preciso penetrar no universo conceitual dos sujeitos para poder entender o sentido que dão aos acontecimentos e às interações sociais.

Como já pontuou-se anteriormente, e pelos referenciais teóricos elencados neste percurso, o objetivo desta pesquisa foi investigar a respeito do crescimento do mercado editorial em Braille no Brasil, o que isso tem representado de forma efetiva no cotidiano do deficiente visual.

Para desempenhar essa tarefa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com roteiro prévio, procurando manter uma relação dialógica e espontânea, com depoimentos que comunicassem os conteúdos simbólicos capazes de desvelarem as contradições da realidade individual e social.

Com a mínima influência do entrevistador no esquema de narração, os roteiros de entrevista e as questões foram flexíveis e encaminhadas de acordo com a idade, nível de ensino e interesse dos entrevistados, permitindo que cada um expressasse livremente suas experiências e opiniões.

A escolha dos participantes pautou-se em dois critérios distintos: retratar a realidade de deficientes visuais que sabem ler o Braille e o que representa esse instrumento para sua vida cotidiana e profissional.

Para assegurar espontaneidade e melhor comunicação dos dados, as entrevistas foram gravadas individualmente, em local escolhido pelos entrevistados, com tempo também por eles delimitado e em diferentes espaços reservados: residências e local de trabalho.

A técnica da gravação pela facilidade de comunicação para pessoas cegas. Não encontrou-se nenhuma dificuldade de interação e de comunicação, pelo contrário, todos se mostraram muito solícitos em ajudar e de certa forma, com alguma esperança de que a pesquisa trouxesse algum benefício à eles. Nos encontros foram enfatizados os objetivos da

pesquisa, colocando-se as pessoas à vontade, todos se empolgaram com as gravações, demonstrando prazer e satisfação com a oportunidade de expressar sentimentos e pensamentos e permitindo a utilização de seus nomes e depoimentos no trabalho.

A análise qualitativa entende que o conjunto de informantes a ser escolhido deve contemplar uma diversidade representativa das experiências do grupo analisado, possibilitando a apresentação de semelhanças e diferenças.

De acordo com Minayo, (1992 [não paginado])

A análise qualitativa ancora sua escolha de universo amostral segundo critérios distintos aos da metodologia quantitativa (critério de representatividade estatística). A amostragem qualitativa privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o pesquisador deseja conhecer, portanto sua escolha é proposital e não aleatória. Ainda, tal amostragem busca incluir um número suficiente de depoimentos com o objetivo principal de garantir certa reincidência das informações e perspectivas, viabilizando o exercício interpretativo. Contudo, não ignora as informações ímpares cujo potencial explicativo deve ser levado em conta.

Foram realizadas três entrevistas, não se viu a necessidade de coletar mais alguma, pela qualidade dos depoimentos, visto que contemplava tudo que esperávamos anteriormente. Os procedimentos de coleta de dados com roteiro semiaberto, composto por situações dialógicas e depoimentos espontâneos, comunicaram densamente os sentimentos e permitiram apreender os desejos, os conteúdos do pensamento, as expectativas e necessidades surgidas na vida cotidiana, relevantes para a análise em profundidade.

Dessa forma, procurou-se compreender os significados, os conteúdos simbólicos, os sentidos, a essência do viver cotidiano, realizando o recorte das falas, selecionando os aspectos comuns, elencando os temas centrais e subtemas. Como Bastos (2005, p.48) diz: “Na análise, detalham-se mais os dados a fim de conseguir respostas às indagações. Na interpretação, procura-se dar significado mais amplo às respostas, ligando-as a outros conhecimentos”.

6 ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS

6.1 Educação e Ensino do Deficiente Visual

No que diz respeito à questão da educação das pessoas com deficiência visual, é notável a força e importância que é dada ao assunto nos discursos, no que diz respeito a temas como: aprendizado do Braille, formação dos professores e o impacto das novas tecnologias surgidas na área.

Na escola especial, os alunos possuem uma maior probabilidade de contato com o que é necessário para o seu aprendizado, os materiais didáticos são adaptados, tais como questionários, folhas de exercícios, mapas e gráficos, de forma que a criança com deficiência visual os possa compreender; também estão à sua disposição utensílios e equipamentos específicos de que ela necessite: máquina Braille, livros em Braille, papel especial, meios informáticos, livros com caracteres ampliados, canetas de feltro, papel pautado próprio para visão reduzida, lupas, etc.

Está manifesto nos discursos o reconhecimento da necessidade de educação especial para deficientes. Segundo o discurso do Depoente 3, a escola especial é essencial, da mesma forma, os outros depoentes mantêm as mesmas posições.

Se eu colocar um garoto de cinco anos para fazer o jardim, com crianças não deficientes, ele vai sofrer um impacto, as próprias crianças que também não são educadas para recebê-los vão usar com ele de zombaria. Ele vai se sentir limitado porque não pode correr como os demais. Ele precisa passar primeiro por um processo de adaptação às limitações, é preciso primeiro explicar que ele pode fazer tudo, mas com as limitações, para depois ele ir para escola comum, porque aí ele já vai sabendo que é cidadão, que é igual, já vai sabendo protestar, se alguém zombar dele, ele vai saber explicar que tem apenas uma limitação, com a consciência da sua deficiência, se não for assim, ele vai ficar perdido, sem entender bem o que se passa com ele.

No entanto, apesar do suporte dado pela escola especial, a Depoente 1 diz que “a educação especial ainda está deixando muito a desejar, pois são poucas as escolas”. As exigências da escola inclusiva, manifestadas junto do professor regular e do professor do ensino especial não são nem simples nem fáceis. Para levá-las a bom termo, são necessários empenho e trabalho assíduo. Em mútua colaboração e entendimento, o professor do ensino

regular e o professor do ensino especial podem assegurar uma escolaridade estimulante não apenas às crianças portadoras de deficiência visual, mas a toda a classe/turma no seu conjunto. A presença do aluno portador de deficiência na classe/turma pode e deve ser um bom pretexto para incrementar o desenvolvimento de um grande leque de valores ligados à cidadania, nos colegas da turma e da própria escola.

O Instituto Hélio Góes cuida da educação e integração social de crianças, adolescentes e adultos portadores de deficiência visual, um dos setores da Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC em Fortaleza. Fundado em 1942, procura integrar os educandos deficientes visuais à sociedade nos diversos setores da vida pública e privada, nas mais diversas áreas, principalmente informática, telefonia e comunicação. Do maternal a 6ª Série do 1º Grau, segue o mesmo currículo das escolas regulares de ensino fundamental. Os alunos têm aulas de música, órgão, piano, fanfarra, piano, teclado, teatro, educação física e Hidroterapia. (INSTITUTO..., online)

O Instituto Benjamin Constant, criado em 1854, é centro de referência nacional na área da deficiência visual. O Educandário do Instituto Benjamin Constant funciona em regime de externato, de semi-internato e internato. O Instituto tem o objetivo de promover a educação de deficientes visuais, assim como desenvolver experiências no campo pedagógico, da área da deficiência visual, programas de capacitação de recursos humanos na área da deficiência visual, além de elaborar e produzir material didático-pedagógico e especializado para a vida diária de pessoas cegas e de visão reduzida. (O IBC..., online)

6.1.1 O Sistema Braille

Sobre o aprendizado do Braille, é claro nos depoimentos que hoje em dia é mais fácil aprender Braille. O Depoente 1 diz, que a causa disso é resultado principalmente do Dosvox, das novas tecnologias, a questão das impressoras, da acessibilidade e da maior disponibilidade de material. A frase dita pelo Depoente 2 “Braille é tudo” nos dá a certeza do efeito e das mudanças que o sistema proporcionou em sua vida, da mesma forma que o Depoente 3, quando diz:

Aos 10 anos, quando aprendi o Braille, foi como se eu reencarnasse, como se nascesse de novo. Comecei a me sentir gente, entendi que podia ler, escrever, me manifestar, dar a minha opinião, me comunicar. O Braille foi os meus olhos, me

abriu as portas e as janelas da vida, uma nova vida, o cenário era maravilhoso, tudo era engraçado, tudo era muito bonito.

O código Braille é simples, objetivo, lógico e facilmente compreensível. A funcionalidade do Braille foi inserida no cotidiano, utilizada rotineiramente, em situações do cotidiano, seja para etiquetar CDs, fitas cassetes, pastas, frascos, potes ou para imprimir uma marca nos objetos e utensílios de casa, podendo ser facilmente acionados.

Os artefatos eletrônicos, como o rádio e TV, o gravador e o computador, trouxeram novas perspectivas educacionais para todos, incluindo as pessoas cegas. Em particular o computador hoje pode oferecer facilidades que permitem ao cego escrever e ler virtualmente tudo. O sistema mais importante criado no Brasil é o Dosvox, criado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele permite que uma pessoa cega, a um custo relativamente baixo, use um computador convencional, através de uma tecnologia em que o computador fala em português. Através do Dosvox, um cego pode escrever, ler e imprimir textos, ler através de scanner um texto impresso em tinta e acessar a Internet, tudo isso utilizando padrões de computação compatíveis com os programas que as pessoas que enxergam usam. Dessa forma, um aluno faz seu trabalho possibilitando ao seu professor e colegas o compreenderem.

Segundo (Borges, online)

Hoje mais de 1500 cegos usam este sistema em todo Brasil, sendo usuários oficiais do projeto cerca de 30 crianças com menos de 14 anos. Essas crianças quase sempre foram treinadas por professores especializados ou por seus familiares. Uma criança já alfabetizada aprende o básico de DOSVOX em dois dias. Como resultado deste trabalho, seu índice de socialização aumenta violentamente, pois ele agora, pelo menos, escreve e as outras pessoas conseguem ler.

As dificuldades que podem ser encontradas para aprender o Braille são, entre outras, o treinamento tátil intensivo, os materiais de apoio escassos, a necessidade de um domínio muscular preciso e relativa força para perfurar os pontos Braille nos lugares certos, o que dificulta as crianças de baixa idade escreverem. A mecânica complexa de escrita manual Braille, pois se escreve (punciona o papel) pelo avesso e de forma espelhada, o tamanho e volume de um texto Braille, que é cerca de 8 vezes maior do que o equivalente em tinta e finalmente a necessidade da interação aluno-professor, tendo que ser turmas pequenas para permitir uma melhor assimilação do alfabeto.

Os maiores problemas, entretanto, podem surgir após o término do processo de alfabetização. Seguindo-se a tendência de integração, essa criança é direcionada para uma escola convencional, onde poucos professores sabem Braille ou até mesmo a própria família não sabe Braille, na maioria das vezes, e assim, o que uma criança cega alfabetizada escreve, sua própria mãe e irmãos não sabem ler. Esse fenômeno se propagará durante toda a vida, onde o que um cego escreve, só outro cego consegue ler.

Sendo assim, o computador pode ser introduzido no processo de alfabetização de cegos, as crianças podem aprender “brincando” no computador. Um exemplo disso, de acordo com Borges, é o Projeto Dedinho, uma experiência mais radical sobre alfabetização está sendo levado em conjunto entre o Projeto DOSVOX, BookCase Multimídia Educacional e a Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza.

O projeto trabalha com jogos didáticos em que a criança associa seis teclas de um teclado aos seis pontos Braille, para ter um melhor domínio da codificação. A máquina brinca com a criança num desafio em que dita uma letra e a criança tem que apertar os pontos corretos. O mesmo programa pode, opcionalmente, simular um aparelho de datilografia Braille, para que a criança seja introduzida nas técnicas de digitação. No processo, também está a escrita manual Braille. Ela é incentivada como num jogo, onde a criança pode imitar o que a impressora Braille produz. O método está sendo aplicado na Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza.

Apesar de toda esta abertura, sabemos que, principalmente nas escolas tradicionais, o computador não estará sempre disponível e que nada substituirá com vantagem o Braille em tarefas de rotulagem. Contudo, é importante notar que o método não vai contra o Braille, pelo contrário, torna seu aprendizado, realizado concomitantemente, muito menos árduo.

6.1.2 DOSVOX

A sociedade contemporânea, que tem por base a produção e a veiculação de informações através das novas tecnologias, determina a presença do computador em todos os ramos da economia. A tecnologia quando está a serviço do ser humano, é capaz de produzir fatos prodigiosos. O exemplo concreto disso é o DOSVOX, que a partir da interatividade

proporciona aos portadores de deficiência visual a oportunidade do acesso ao computador de forma semelhante aos videntes.

O Sistema Dosvox permite utilizar a computação no cotidiano do deficiente visual e também estimula a pessoa com visão subnormal. O curso de DOSVOX promovido pela Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC, ensina o indivíduo com deficiência visual a utilizar o computador na sua vida diária capacitando-o para trabalhar, estudar e até mesmo se divertir. Um instrumento a mais que abre diversas portas para os deficientes visuais. Outra grande contribuição do DOSVOX é facilitar imensamente a comunicação entre os portadores de deficiência visual e os videntes. Por exemplo, ler e escrever cartas, textos, livros e jornais; imprimir em negro e Braille e acesso aos recursos e multimídia.

O Dosvox pode ser usado como ferramenta no mercado de trabalho, escolas e universidades. O sistema DOSVOX chegou a Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC em 1994, naquela época a entidade estava também inicializando a sua informatização. Hoje a SAC conta com Centro de Estudo DOSVOX Prof. José Antonio Borges, inaugurado em 1997 na sede da Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC, possui computadores, um professor especialmente contratado para ensinar DOSVOX e introdução a informática. (CENTRO..., online)

A importância estrutural da tecnologia é clara na questão da evolução do acesso aos bens. No discurso do Depoente 1 quando diz: “No meu tempo, as principais barreiras eram a falta de material, tudo era muito na base do improvisado, as minhas condições financeiras e o ambiente que não favorecia muito”.

Quanto à questão das transcrições o Depoente 1 diz:

Desde o tempo que comecei a estudar, muita coisa mudou. Em 1977, comecei o pré-escolar no Instituto dos cegos. Na época, só tinha até a 4ª série do ensino fundamental. A partir daí, comecei a estudar numa escola normal, dependendo de itinerantes (pessoas para auxiliar na leitura) e da minha mãe. Nesse tempo, não existiam impressoras Julietes, só nas instituições especializadas, tudo era muito distante da nossa realidade, as únicas coisas que vinham em Braille eram as provas e alguns textos. Mesmo assim, a transcrição deixava muito a desejar.

A Imprensa Braille Rosa Baquit foi inaugurada na Escola da Sociedade de Assistência

aos Cegos - SAC em 1994, e deu um grande salto de qualidade na vida dos estudantes da instituição, visto que passaram a produzir seu próprio material, sem depender mais do envio de material por outras instituições. A imprensa é responsável por editar e encadernar o material didático necessário. Também atende solicitações de alunos de outras escolas que por ventura precisem de algum material escrito em Braille, tem uma ação pioneira no Brasil e imprime diariamente em Braille, os Jornais Diário do Nordeste e O Povo, os de maior circulação no Estado do Ceará. Através de convênios imprime também as contas da COELCE (luz) e da CAGECE (água) para os deficientes visuais que solicitam. (IMPRENSA..., online)

6.1.3 A Formação dos professores

Os pontos levantados pelos depoentes sobre a formação dos professores, seja na escola normal ou especial, é algo que também deve ser salientado, diante da importância da figura do educador na escola.

O Depoente 3 diz:

Pior ainda é o preparo dos professores, que muitas vezes não estão preparados nem para receber os videntes, muito menos uma pessoa que não enxerga. A escola normal é interessantíssima para o deficiente ir se emancipando, mas é melhor que ele passe por um processo de adaptação à sua deficiência.

Na visão do Depoente 1 os professores deviam ter, nas faculdades de pedagogia, uma disciplina de deficiência, para aprender Braille, Libras etc. Além desse tipo de estrutura, ensinar também como lidar com o aluno deficiente, pois tem gente que acha que com cego tem que falar gritando. Pois para ela, não é certo “jogar” o aluno numa escola normal sem preparar os professores.

Há cuidados e conhecimentos específicos que devem estar na formação do professor que vai trabalhar com o deficiente visual, que são requeridos por suas características específicas, mas não se pode esquecer que este aluno, antes de ser deficiente é uma pessoa com características e necessidades semelhantes às de pessoas normovisuais da sua idade. Assim, a compatibilidade entre o professor e o aluno portador de deficiência, está, em boa parte assegurada graças à competência pedagógica que o professor tem que possuir.

No que envolve a formação os professores, O curso de professores de Educação

Especial das SAC destina-se a portadores de certificados de término do Ensino médio e de estudos adicionais com habilitação em Educação Especial, já concluídas ou em fase de conclusão, bem como para graduação em Pedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Educação Física, Serviço Social, Fonoaudiologia, Enfermagem, Medicina e outras habilitações de áreas afins, cujas disciplinas estudadas em seus respectivos currículos coincidam com as da Educação Especial comuns a todas as habilitações. Na grade curricular, as disciplinas contemplam os temas: educação e cidadania; fundamentos de educação especial, implicações sociais da deficiência visual, modalidades de atendimento ao deficiente visual, abordagem médica oftalmológica anatomia, fisiologia e patologia dos órgãos da visão, diagnóstico, prognóstico, prescrição e prevenção da deficiência visual, psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, psicomotricidade, orientação e mobilidade, atividades da vida diária, técnicas de leitura e escrita do sistema Braille, técnicas de cálculo, didática especial aplicada à educação infantil, didática aplicada à comunicação e expressão, didática aplicada à alfabetização, didática aplicada aos estudos sociais, didática aplicada à matemática, didática aplicada às ciências, música, recreação e jogos de sensibilização para o deficiente visual, estudos dos vozes, didática aplicada à educação física e dinâmica de grupo.

6.2 A Participação da família

A presença de uma pessoa com deficiência provoca reações emocionais. A deficiência modifica o enredo da família, uma variedade de comportamentos revela atitudes de negação da deficiência, marginalização, superproteção e outros sentimentos confusos e contraditórios, geralmente, mesclados de ambivalência, decepção, culpa e rejeição.

O sentido da deficiência na vida de uma pessoa é produto do entrelaçamento de sua história pessoal com o meio social no qual vive. Sobre a pessoa com deficiência incide o estigma da incapacidade e da invalidez. Existem aquelas que ousam desafiar as leis, ignoram supostas inaptidões e mobilizam recursos no sentido de pleitear e tomar posse dos espaços conquistados.

A família exerce um papel fundamental na vida de qualquer pessoa, na vida do deficiente visual não é diferente, ela precisa ser preparada para lidar na educação e na formação pessoal do deficiente. A família só consegue ajudar realmente depois que ela passa

a entender o que esta acontecendo e avaliar quais são os limites de um deficiente visual, quando entende que o deficiente não é impossibilitado de fazer o que as outras pessoas normalmente fazem no dia-a-dia. Mas que algumas coisas devem sofrer adaptações para que o deficiente visual possa realizar suas tarefas. A família tem a tendência de proteger demasiadamente o deficiente, que por sua vez também tem que descobrir seus limites e criar suas adaptações. Na opinião do Depoente 3:

as famílias também não estão preparadas, o ser humano não se prepara para o pior, nunca ninguém imagina que vai ter um filho deficiente, mas pode acontecer com qualquer um, tem que se preparar pra não proteger nem abandonar em demasia.

É de comum acordo entre os depoentes a importância da família, mas na condição de que não superproteja, pelo contrário, dê as condições necessárias para que o deficiente não se torne dependente dela.

Na opinião do Depoente 2:

A mãe e o pai que tem filho com deficiência não pode superproteger, achar que ele é coitadinho, que não pode fazer isso ou aquilo, tem que incentivar, mostrar que ele é capaz de fazer tudo, embora limitadamente. Até mesmo todos os serviços domésticos, podem cozinhar, nas escolas especializadas, temos um curso de AVD (Atividades da Vida Diária) onde a gente aprende a fazer comida, cuidar de criança, ou seja, qualquer coisa que um vidente faz em casa (...) Minha mãe quando ia me dar umas palmadas, aí as pessoas diziam – “faça isso não que ele é ceguinho”, aí ela dizia: “esse aqui é o pior”, não pode ter superproteção, tem que tratar normal.

O curso de AVD - Atividade da Vida Diária, oferecido também pela SAC tem como objetivo proporcionar à pessoa portadora de deficiência visual, condições de formar, dentro de suas potencialidades, hábitos de auto-suficiência que lhe permitam participar ativamente do ambiente em que vive. Elas estão ligadas à rotina de qualquer indivíduo, ao dia-a-dia, como escovar os dentes e lavar as mãos.

Além disso, também tem aulas de boas maneiras, pois como o deficiente visual não pode aprender com a observação, não se serve das pessoas como espelho para a formação de seus hábitos sociais. Ela necessitará, até tornar-se independente, de ajuda física, e dicas verbais por parte do professor.

Para o Depoente 1 também a família foi fundamental, ele diz que “os pais também

precisam ser preparados para lidar com o filho deficiente, como aprender o Braille para ensinar a tarefa da criança”. O acompanhamento escolar se faz necessário em qualquer criança, mas é sabido que para que a família do deficiente visual faça esse acompanhamento, é imprescindível que aprenda o Braille, o que demanda um esforço maior. Segundo Borges

A família quase sempre se ausenta durante a educação, e freqüentemente chega à conclusão que é melhor educar a criança num sistema de internato, numa escola especializada, ignorando o ônus a pagar: a segregação social futura.

6.3 Mercado de Consumo em Braille

Os deficientes visuais agora contam com embalagens em braille. A situação dos deficientes visuais melhorou desde que algumas empresas passaram a imprimir o código braille nas embalagens dos produtos, proporcionando independência. Algumas empresas estão se dando conta de que os deficientes visuais formam um grupo consumidor importante. O público-alvo existe e não pode ficar excluído da sociedade. As empresas estão abrindo os olhos para esse grupo consumidor e colocando no mercado alimentos, cosméticos, roupas, relógios, jóias e eletrodomésticos com Braille.

O Depoente¹ considera esses produtos em Braille, um instrumento de inclusão. O deficiente visual tem a carência de mercado de consumo especializado, com inscrições em Braille, capaz de atenderem suas necessidades. Para isso, as empresas precisam enxergar esse público consumidor, apto a comprar os produtos oferecidos.

O Depoente 1 fala a respeito da carência de mercado e desejo de consumo:

Eu gostaria que fizessem livros de receita em Braille, pois muitos cegos moram sozinhos e nem sempre tem alguém pra ficar lendo as receitas pra eles, limitando-os. Que colocassem nas paradas de ônibus placas com Braille indicando os itinerários. Nos elevadores, também poderiam colocar sistema de voz e Braille nas teclas dos comandos, alguns tem, mas são poucos. Outra coisa é o interruptor de luz, eu nunca sei quando a luz está apagada ou acesa, alguém tem que me avisar. Seria muito bom se fizessem com Braille, da mesma forma, folheto de CD e DVD,(uma vez cheguei numa loja de CD e pedi para o vendedor me dizer os preços dos CD's, ele disse que não porque sabia que eu não ia comprar) nas etiquetas de roupa, com preço e tamanho, nas embalagens de produtos do cotidiano como leite, achocolatado.

O Depoente 3, sobre a carência de mercado diz:

Devia ter nos mercantis também. Um colega meu esteve agora na Holanda, e disse

que já tem braille até nos mercantis, nas embalagens, nos preços, aqui a gente entra no mercantil e as pessoas ficam zombando porque a gente não consegue achar os produtos, é outra cultura., a nossa cédula devia ter braille, temos muita dificuldade em passar troco, porque além de ter tamanho unificado, não tem nenhuma característica que identifique o valor.

Quanto aos livros em Braille, o Depoente 1 diz que nunca comprou e nem pretendia comprar, pois além de receber material bibliográfico em Braille gratuitamente, ela considera muito caro e ruim para guardar, por ser muito volumoso e também, diz que as bibliotecas atendem de maneira eficaz suas necessidades informacionais, não havendo necessidade de comprar. Principalmente a Biblioteca Pública Governador Meneses Pimentel e a Biblioteca Braille Josélia Almeida que atende aos usuários da Sociedade de Assistência aos Cegos, por isso, não há necessidade de comprar livros.

A Biblioteca Braille da Sociedade de Assistência aos Cegos, fundada em 1996, com o objetivo de facilitar e incentivar a todos por meio de uma biblioteca adaptada com atividades diversas, levando ao aluno o desejo de se tornar leitor fluente. Além dos livros em Braille o acervo conta com livros em tinta com caracteres ampliados e livros falados em CD e fita K-7, gravados no Centro de Gravação do Livro Falado da SAC, por exemplo: obras literárias, paradidáticos infantil e infanto-juvenil, didáticos, periódicos onde os alunos todos os dias tem acesso aos jornais “Diário do Nordeste” e “O Povo” em Braille e com caracteres ampliados.

Além disso, há um trabalho de suscitar o imaginário infantil, para isso são realizados projetos como: Brinquedoteca, CDTECA, Hora do Conto, Teatro e Empréstimo de livros (Braille, tinta e falados). Outras fontes de leitura podem ser encontradas na biblioteca, como: revistas em tinta e em Braille, propagandas, contos, jornais, rótulos de produtos, bilhetes, cartas pelo “Correio da Amizade”, cantigas de roda, poemas, músicas, crônicas e o “bate-papo”, onde são discutidos assuntos necessários a formação humana

Esses tipos de atividades levam aos usuários a se tornarem pequenos autores com o projeto “Meu primeiro livro”, como também o jornalzinho da SAC, com diversos artigos, o texto “Novela”, que tem como título Liberdade. De acordo com informações no site da SAC “A Biblioteca visa incentivar de todos as maneiras possíveis, estimular o deficiente visual a LER... ler bem, isto é, aprender a ler o mundo”.

Além da Biblioteca, ainda há o Setor de Livro Falado mantido pela Sociedade de Assistência aos Cegos – SAC, que grava em faixa de CD livros e apostilas lidos por voluntários para o acervo da Biblioteca Braille Josélia Almeida, que como também grava programa para Internet. Os assistidos e alunos do Instituto Hélio Góes podem ouvir os seus livros prediletos ou estudarem através de CD, usando o sistema de empréstimo como em qualquer outra biblioteca. Uma outra atividade desenvolvida pelo Setor de Livro Falado é a publicação semanal de um programa de entrevista chamado Conversa que Interessa para a Rádio DOSVOX. A Rádio DOSVOX não é verdadeiramente uma rádio, no sentido em que não existe uma difusão através de ondas hertzianas. É apenas um lugar onde programas importantes, de interesse especial pelo público deficiente visual, são armazenadas ou referenciados. A Rádio é mantida pelo NCE/UFRJ - Projeto DOSVOX. Seu acervo é composto pelos seguintes itens:

ACERVO		
ACERVO	TÍTULOS	VOLUMES
Livro Falado CD	164	396 CD's
Livro Falado K7	48	253 K7's
Literatura Braille	155	670
Literatura Tinta	156	161
Paradidáticos Braille e Tinta	840	840
Referência Braille	35	377
Didáticos Braille e Tinta	105	1089
Periódicos Braille	05	68
CDTECA	182	185 CD'S
VIDEOTECA	59	69 HVS
DVDTECA	02	02
BRINQUEDOTECA	100	100
TOTAL	1851	4210

A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel atende no seu setor Braille, através de técnicas e equipamentos especiais (computador com sistema DOSVOX e impressora Braille) os deficientes visuais que a procuram, além de transcrever textos para o Braille, dando assistência a escolas e interessados na leitura e escrita Braille. Possui acervo de aproximadamente 2.500 volumes composto por livros em Braille, livros falados e livros digitais e está à disposição dos usuários que podem fazer consulta local, e/ou retirar como empréstimo domiciliar.

6.4 Mercado de Trabalho

No âmbito da profissionalização, as pessoas com deficiência geralmente eram aposentadas por invalidez ou simplesmente são excluídas do mercado competitivo, mas segundo os depoimentos, a realidade está mudando.

O Depoente 2 relata sobre o mercado de trabalho:

O mercado de trabalho está mais aberto, temos muitos colegas deficientes trabalhando, até os massagistas, e por sinal bom massagistas, porque o deficiente aplica melhor uma massagem do que quem está vendo, pois tem o sentido do tato muito mais aguçado, que são funcionários autônomos estão sempre com trabalho.

O portador de deficiência é uma pessoa como as demais, com preferências, habilidades, aptidões, dificuldades, interesses e capacidade produtiva. No campo da atividade profissional, em qualquer área, existem profissões compatíveis com o desempenho do deficiente visual, nos diversos níveis de formação, que exercidas pelo deficiente na qualidade de empregado, profissional autônomo ou como empresário. Também existem atividades que podem ser desempenhadas da mesma forma ou até melhor pelos deficientes, como a massoterapia.

O fator primordial é a qualificação profissional dos deficientes visuais, as ações voltadas para a preparação profissional dos deficientes, e pelo acesso dos mesmos aos cursos existentes. O Instituto Benjamin Constant trabalha na promoção do encaminhamento profissional da pessoa portadora de cegueira ou de visão subnormal e desenvolver programas de divulgação e intercâmbio de experiências e inovação na área do atendimento da pessoa deficiente visual.

As pessoas com deficiência precisam de oportunidades iguais e não de caridade, oportunidades iguais e acesso aos recursos da sociedade, ou seja, educação, novas tecnologias, serviços sociais e de saúde, atividades esportivas e de lazer, bens e serviços ao consumidor.

Não é justo e não é digno excluir a pessoa com deficiência visual do mercado de trabalho sem proporcionar-lhe condições adequadas de seu aproveitamento. Justo e digno é o Estado assumir a responsabilidade de assistência integral a um grupo de pessoas com deficiências múltiplas que estão, rigorosamente, "incapacitadas" para o trabalho e dependentes de suas famílias ou de instituições, não tendo condições básicas de garantir sua sobrevivência.

O Depoente 3 é bem centrado no trabalho:

em 1980 trabalhei como operário, fui funcionário em uma fábrica de pregos, depois trabalhei com confecção, aí fiz um curso de técnicas de vendas, trabalho com isso até hoje, já vendi planos de saúde, consórcios, produtos, imóveis, sempre fui independente, minha família é que depende de mim.

A especialização dos trabalhos mostra-se como condição primordial para uma boa colocação profissional. É com esse pensamento, que a Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC, pioneira na educação e profissionalização da pessoa cega, vem proporcionando cursos de formação profissional para a sua clientela nas mais diversificadas áreas com o objetivo de capacitar e proporcionar sua integração na sociedade de maneira a mostrar que o deficiente visual é possuidor de um potencial que pode enfrentar e assumir as exigências impostas pelo mercado de trabalho. Dentre os cursos já oferecidos pela SAC temos: Auxiliar de Empacotamento; Telefonia; Massagem estética (Massoterapia), Bijuteria; Perfumaria; Datilografia (Convênio com SENAC); Doces e salgados (Convênio com SENAC); Pão caseiro (Convênio com SENAC); Confecção de Vassoura e Similares.

Um exemplo vivo da preocupação e interesse da entidade com a questão profissional dos seus assistidos e alunos é o núcleo de expansão da SAC, situado no Tabapuá (Caucaia). O núcleo foi inaugurado em 25 de Maio de 1996. Atualmente, os cursos ofertados, tanto no

núcleo de expansão, como na sede da SAC vão desde trabalhos manuais, podendo ser realizados por autônomos, como formando profissionais para diversas áreas de atuação, como: empalhamento, tapeçaria, bijuteria, vassouras e similares, bengalas, computação (DOSVOX), câmara escura, datilografia em Negro; inglês.

Cursos como: Empreendedorismo e planejamento de negócio, etiqueta para o século XXI - regras e tendências de comportamento, atendimento, a arte de falar em público, recepção e telefonia - o retrato da sua empresa e socorros básico e emergências, em convênio com o corpo de bombeiros militar do estado do Ceará e sociedade de assistência aos cegos, são oferecidos na busca pela qualidade profissional dos cegos. Este último tem o objetivo de instruir os alunos de necessidades especiais visuais, da sociedade de assistência aos cegos, sobre a prevenção, o conhecimento e o atendimento prático nas ações efetivas de primeiros socorros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se examinar as circunstâncias que cercam a vida das pessoas com deficiência, identificou-se mecanismos de segregação, marginalização e exclusão. Não é incomum vermos estas pessoas sendo tratadas como inferiores, dependentes e rebaixados, estando sujeitas ao sentimentalismo de uma concepção autoritária, alvos de políticas assistencialistas.

Para retirar as pessoas com deficiência da posição de apêndice da sociedade e reconhecer sua cidadania e identidade de sujeitos participantes, será necessário, entre outras coisas, reexaminar as concepções acerca da deficiência. Assim, seria possível redefinir políticas de reabilitação, compreendida em todos os sentidos de independência e de autonomia como dinâmica de recomposição da vida.

A leitura é um instrumento importante na vida de qualquer cidadão, não sendo menos importante para os deficientes visuais, privados da capacidade de apreensão de informação pela imagem ou limitados quanto a essa capacidade. As decorrências desta incapacidade, pessimamente limitativas para os que são afetados por elas, poderão ser bastante atenuadas, se o hábito e a facilidade de ler, bem como a abundância e variedade de livros, revistas e jornais, tiverem podido criar o interesse e o gosto pela leitura.

Apesar de existirem muitas coisas que podem facilitar a vida de quem tem uma limitação, a deficiência não pode ser uma barreira para quem a tem. O deficiente, na maioria dos casos, tem que se adaptar ao mundo, porque o mundo não pode se adaptar totalmente ao deficiente.

Mas há um papel fundamental que o mercado de trabalho, o mercado de consumo, as editoras, bibliotecas, escolas, família, enfim, os meios sociais em que estão inseridos as pessoas com deficiência visual, que é parar de insistir em olhar para eles e, em vez de ver a pessoa, vêem apenas a sua deficiência.

A despeito de, como a Depoente 1 fala, que ainda não foi quebrado o tabu do deficiente

na praça com a cuia na mão pedindo esmola, vemos e precisamos reconhecer que as diferenças e preconceitos já não são os mesmos, prova disso são os mercados que estão abrindo os olhos para o público das pessoas com deficiência, dentre eles o mercado editorial. As conquistas estão sendo alcançadas aos poucos, que isso não seja objeto de acomodação, mas de estímulo para continuarem buscando melhorias, buscar uma participação mais ativa nos espaços onde antes não havia lugar para participação.

A formação educacional, bem como o aprendizado do Braille, o acesso a livros, revistas, jornais, as bibliotecas especializadas, os produtos comercializados com Braille na embalagem, a editoração de livros em Braille e o mercado de trabalho estão se reconfigurando à medida que o deficiente visual ganha mais espaço na sociedade.

Tratando especificamente o mercado editorial, independente da participação governamental e apesar de sua histórica instabilidade, começa a enxergar esse público consumidor, dando a ele poder de decisão de compra e maiores possibilidades de escolha.

A colaboração governamental na produção e distribuição de obras em Braille, bem como das instituições que realizam essa atividade é também válida, visto que ainda não são todos os deficientes visuais que tem acesso ao mercado nem boas condições financeiras.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 1997

ANACHE, Alexandra. **Discurso e prática: a educação do deficiente visual em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado: UFMS, Campo Grande, 1994.

BASTOS, Núbia M. Garcia. **Introdução à metodologia do trabalho acadêmico**. Fortaleza: 2005.

BÍBLIA, Português. **Bíblia de Estudo Genebra**. São Paulo e Barueri, Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999, 1728 p.

BORGES, José Antônio dos; CHAGAS JÚNIOR, Geraldo José. **Impressão Braille no Brasil: o papel do Braivox, Braille Fácil e Pintor Braille**. UFRJ. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/borges.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2007.

BORGES, José Antônio dos; PAIXÃO, Berta Regina; BORGES, Sônia. **Projeto DEDINHO - Alfabetização de crianças cegas com ajuda do computador**. Disponível em: <<HTTP://www.intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/dedinho.doc>>. Acesso em: 21 mar. 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 31 maio 2007.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Significado da deficiência visual na vida cotidiana: Análise das representações dos pais-alunos-professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 1999.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas principais. **Em Questão**, Porto Alegre, v.11, n. 2, p.281-312, jul./dez.2005. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf_2005_v11_n2/4_reconfiguracao.pdf>. Acesso em: 02 nov.2006.

CENTRO de estudo DOSVOX Prof. José Antonio Borges. Disponível em: <http://www.sac.org.br/CEN_DOS.htm>. Acesso em: 23 maio 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1989.

EARP, Fábio Sá. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/ebook/ebook.pdf>>. Acesso em: 30

maio 2007.

FRUTUOSO, Suzane. Compras com tato: os deficientes visuais agora contam com embalagens em braile, que também virou item da moda. **Época**, Rio de Janeiro, ed. 322, 15 jul. 2004. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG65402-6014-322,00.html>>. Acesso em: 05 jan. 2007.

GUILHERME, H. Faria. **Pequeno dicionário de Editoração**. Fortaleza: Ed. UFC, 1996.

O IBC e suas Competências. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?catid=127&blogid=1&itemid=74>>. Acesso em: 15 maio 2007.

IMPRESA Braille Rosa Baquit. Disponível em : <<http://www.sac.org.br/imprens.htm>>. Acesso em: 23 maio 2007.

INSTITUTO Hélio Góes. Disponível em: <http://www.sac.org.br/hel_Goe.htm>. Acesso em: 23 maio 2007.

LE MOS, Edison Ribeiro; CERQUEIRA, Jonir Bechara. **O Sistema Braille no Brasil**.

Disponível em:

<http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevJan1996_Artigo2.doc>. Acesso em: 02 mar. 2007.

LIVRO em Braille homenageia Dorina Nowill. 2006. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=654>>. Acesso em: 23 maio 2007.

LIVRO em braille na editora moderna. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/livrobra.htm>>. Acesso em: 23 maio 2007.

MAGALHÃES, Aluísio et al. **Editoração hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1981.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 1998.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. Dilemas e perspectivas da educação do portador de deficiência no novo milênio. Anais do Fórum Nacional de Educação. Educação Brasileira no Século XXI: Desafios e perspectivas. **Anais...** João Pessoa: 2001. p. 29-36. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/verbete4.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2007.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (verbete). **Dicionário interativo da educação brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, Disponível em:

<<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=279>>. Acesso em: 03 maio 2007.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Declaração de Salamanca" (verbete). **Dicionário interativo da educação brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em:

<<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=109>>. Acesso em: 03 maio 2007.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992.

MUNIZ JÚNIOR, José de Souza; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pires. A alteração de práticas de editoração científica tradicionais promovidas pelas ferramentas de publicação eletrônica – um novo *habitus* profissional. In: XXVIII Congresso Brasileiro de ciências da comunicação, 2005, Rio de Janeiro. **Congresso**. Disponível em <<http://dici.ibict.br.archive00000570>>. Acesso em 31 jan. 2007

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Hemus.

SÁ editora lança primeira edição comercial em braille do país. Disponível em: <http://www.saeditora.com.br/fecha_braille.php>. Acesso em: 22 maio 2007.

SÁ, Elisabeth Dias de. **Livro em Braille é uma inovação na Editora Moderna**. 2006. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/livrobra.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

SÁ, Elisabeth Dias de. **A insustentável leveza do Braille**. Disponível em <http://www.lerparaver.com/elizabet_leveza_do_braille.html>. Acesso em: 25 jan. 2007.

TURMA da Mônica em Braille. Disponível em: <http://www.nppd.ms.gov.br/artigo.asp?art_id=64> Acesso em: 10 maio 2007.

VOGEL, Vera Lúcia de Oliveira. Acessibilidade à informação pelo deficiente visual. **Revista Benjamim Constant**, n. 2, jan.1996. Disponível em: <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevJan1996_Artigo3.doc> Acesso em: 15 mar. 2007.

ANEXOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA:

1. Onde e com que idade você aprendeu o Braille? Como foi sua formação educacional?
2. Como era o cenário sem o Braille e o que mudou depois que você aprendeu a ler? O que significa o Braille para você?
3. Quais foram as barreiras que você enfrentou para aprender o Braille?
4. O que você acha da educação especial?
5. Você tem acesso a livros em Braille?
6. Você tem o hábito de ir à bibliotecas?
7. Como você avalia o acervo, atendimento e acesso à Biblioteca Pública Governador Meneses Pimentel? E as bibliotecas das instituições, como por exemplo, do Instituto dos Cegos?
8. Qual a sua opinião sobre os produtos que estão sendo comercializados com Braille na embalagem?
9. O que você acha da comercialização do livro em Braille?
10. Você poderia me falar um pouco sobre sua vida profissional? Você tem alguma produção de conhecimento em alguma área?

DEPOIMENTOS:

Depoente 1

Desde o tempo que comecei a estudar, muita coisa mudou. Em 1977, comecei o pré-escolar no Instituto dos cegos, na época, só tinha até a 4ª série do ensino fundamental. A partir daí, comecei a estudar em estudar numa escola normal, dependendo de itinerantes (pessoas para auxiliar na leitura) e da minha mãe. Nesse tempo, não existiam impressoras Julietes, só nas instituições especializadas, tudo era muito distante da nossa realidade, as únicas coisas que vinham em Braille eram as provas e alguns textos. Mesmo assim, a transcrição deixava muito a desejar.

Estudei em 1987, antes do ensino médio no Instituto Benjamim Constant, quando voltei, fui estudar no Colégio Joaquim Nogueira, fazer o ensino médio. Logo depois prestei vestibular para Pedagogia na UVA, fiquei em 23º lugar, me formei em 2001. Na faculdade, foi muito difícil, pois eles não tinham preparo nenhum para me receber, nenhum tipo de apoio para leitura, lá tive que me virar mesmo. Sempre dependia de alguém para copiar matéria, e como não tinha computador, dependia dos computadores do Instituto dos cegos para digitar relatórios e trabalhos. Mas não me arrependo da luta.

Em 2002, comecei a escrever com o incentivo de um professor do Instituto, aí escrevi “A cidade das verduras”, publiquei pela Premium e consegui um patrocínio do Banco do Nordeste para transcrever quatro exemplares para o Braille.

O meu aprendizado do Braille foi nas séries iniciais no Instituto. O Braille pra mim é tudo, é a mesma coisa que se alguém não aprendesse a ler e a escrever, é tudo! Com ele, a gente pode ler, escrever, pode etiquetar objetos, os meus CD's são todos etiquetados. Se não fosse ele, seria analfabeta, é horrível quem não sabe ler o Braille, tem um colega meu que nunca conseguiu, não sei se usaram algum método que não deu certo, só sei que ele acha muito ruim, porque ele fica limitado, querendo ler ou escrever para alguém e não pode.

Atualmente, é mais fácil aprender Braille, pois tem tecnologia, tem mais disponibilidade de material, o construtivismo faz com que as professoras trabalhem com mais consciência, entendendo melhor a deficiência do aluno. No meu tempo, as principais barreiras eram a falta de material, tudo era muito na base do improvisado, as minhas condições financeiras e o ambiente que não favorecia muito.

O meu acesso ao conhecimento é todo de forma gratuita, recebo da Fundação Dorina Nowill, as revistas Cláudia e Veja e alguns livros também. Do Instituto Benjamim Constant, recebo os livros do programa “A Literatura em sua casa”, as revistas RBC (Revista Brasileira para Cegos), a Poliedro, Rosa dos Ventos e Braille Júnior. Também recebo da SPLEB (Sociedade para livros espíritos em Braille), a revista Karderbraille e algumas mensagens.

Além disso, também tenho o hábito de frequentar a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, só o que não gosto muito de lá é o acervo de livros antigos, que ocupam muito espaço, corro logo para os mais modernos, e também do acesso, os ônibus que passam lá são poucos e as paradas muito distantes e para atravessar a rua também não é fácil. Já a do Instituto é maravilhosa, somos muito bem tratados pela bibliotecária, a tia Andréa, ela está sempre promovendo concursos de poesia e leitura, tem acervo normal, que as pessoas podem ler pra gente e também lá temos acesso à Internet, empréstimo de livros e CD's.

Quanto aos produtos em Braille, considero um instrumento de inclusão, é muito importante saber a quantidade e marca do perfume, dos remédios também. Os cardápios em Braille são muito bons também, mas só pra gente saber o produto, porque os preços geralmente são desatualizados, pois não é barato ficar atualizando cada vez que algum produto sair de preço.

Eu gostaria que fizessem livros de receita em Braille, pois muitos cegos moram sozinhos e nem sempre tem alguém pra ficar lendo as receitas pra eles, limitando-os. Que colocassem nas paradas de ônibus placas com Braille indicando os itinerários. Nos elevadores, também poderiam colocar sistema de voz e Braille nas teclas dos comandos, alguns tem, mas são poucos. Outra coisa é o interruptor de luz, eu nunca sei quando a luz está apagada ou acesa, alguém tem que me avisar, seria muito bom se fizessem com Braille, da mesma forma, folheto de CD e DVD,(uma vez cheguei numa loja de CD e pedi para o

vendedor me dizer os preços dos CD's, ele disse que não porque sabia que eu não ia comprar) nas etiquetas de roupa, com preço e tamanho, nas embalagens de produtos do cotidiano como leite, achocolatado.

Quanto aos livros em Braille, nunca comprei e nem pretendo comprar, pois além de receber gratuitamente, é muito caro e ruim para guardar, por ser muito volumoso e também, tem nas bibliotecas, pra que vou comprar?

A educação especial ainda está deixando muito a desejar, pois são poucas as escolas. Mas também não é certo “jogar” o aluno numa escola normal sem preparar os professores. Devia ter nas faculdades de Pedagogia uma disciplina de deficiência, para aprender Braille, Libras etc. Além da estrutura, ensinar também como lidar com o aluno, pois tem gente que acha que com cego tem que falar gritando etc. Ainda não foi quebrado o tabu do deficiente na praça com a cuia na mão pedindo esmola. Na teoria, tudo é lindo, mas na prática é muito diferente, falta incentivo.

Os pais também precisam ser preparados para lidar com o filho deficiente, como aprender o Braille para ensinar a tarefa da criança.

A minha produção intelectual comecei na faculdade, com os memoriais e a monografia sobre o deficiente auditivo no mercado de trabalho, escrevo crônicas e já estou escrevendo meu quarto livro. O primeiro que já foi publicado, foi “A cidade das verduras” os outros ainda estão em andamento são: “ A cidade das verduras 2 -o tomate surfista”, “ O coelho sonhador” e um romance para adultos “O Poder sem limites”.

Apesar de ter minha aposentadoria, não gosto de ficar parada, tive um bom retorno financeiro com o meu primeiro livro e pretendo continuar, não me arrependo de nada, apesar das dificuldades.

DEPOENTE 2

Aos 12 comecei a estudar, considero tarde, mas foi o jeito, porque morava numa fazenda no interior de Pernambuco e antigamente era muito difícil para os pais se separarem dos filhos para estudar na capital, ainda mais eu, que era o único deficiente.

Mas sempre fui teimoso e pedi a uma irmã minha que morava em Recife para se informar sobre o colégio de cegos e fui, fiquei internado lá, meu pai chegou a ir me buscar, mas eu resolvi não ir, e também o diretor fez questão que eu ficasse, ele dizia que tinha que me educar, e assim meu pai foi deixando.

Pra aprender o braille, a primeira barreira foi ir para escola, no internato era tudo muito rígido, tudo era motivo de castigo e punição, mas nunca mandei dizer a minha família, sempre mandava dizer que estava bem, porque eu sempre quis ser independente, não queria precisar deles para viver, queria viver a minha vida, como meus irmãos, toda a estrutura de material era vinda de São Paulo. Já no Benjamim Constant era diferente, mais bem organizado, lá não tinha punição, e o material era mais fácil, no próprio instituto tinha.

Para nós que não enxergamos, quando a gente é criança e vê nossos irmãos estudando, a gente realmente pensa que nunca vai ler, que nunca vai ser igual, fazer o que eles fazem, mas quando eu ouvi dizer que no Recife tinha escola fiquei radiante, porque hoje eu sou o que sou e faço o que faço por causa do braille, se não fosse o braille não faria o que faço nem era o que sou e o que já fui também, sem o braille não é vida.

Aos 16 anos fui estudar no Instituto Benjamim Constant, no Rio de Janeiro, lá o ensino é especializado e federal, quando terminei o 2º grau, atual ensino médio, fiquei dando aula às crianças de lá mesmo, só não podia mais ficar interno porque tinha que dar vaga a outro, aí fui trabalhar, porque a ajuda de custo que eu ganhava para dar aula a tarde não dava para viver, morando numa pensão no Rio de Janeiro, sozinho, não era fácil.

Então fui trabalhar em rádio e dei muita sorte, arranjei um patrocinador que foi meu segundo pai no Rio de Janeiro, ele era deputado, eu era como um filho para ele, quando ele faleceu, voltei para o Nordeste, como já estava acostumado a trabalhar, passei a trabalhar na Rádio Veneza Brasileira, Rádio Clube de Pernambuco e outras emissoras do interior, principalmente Caruaru, chegando até a formar um conjunto musical, que hoje chamam de

banda, eu era gaitista, tocava gaita de boca profissional, depois fui chamado pela Gravadora Rosenblit, onde gravei dois compactos e mais um LP, com músicas de carnaval, eu era muito conhecido, meu nome artístico era Carlos Maciel, nessa época, conheci o Brasil todo. Ainda fiz o teste para a Chantecler, onde o Waldick Soriano gravava, só que a Rosenblit não me deu a rescisão de contrato.

Com isso, decidi ir lecionar no interior do estado, desisti da vida artística, depois fui diretor de uma escola de cegos em Salvador. Vim para Fortaleza como educador e fiquei lecionando no Instituto dos Cegos, lá conheci minha esposa, também deficiente visual, com quem tive 4 filhos. Sou Vice-presidente da Associação Profissional dos Cegos, onde nós profissionalizamos os deficientes e aqueles que ainda não conseguiram colocação no mercado, nós ajudamos a se manter com medicamentos, cesta básica, é um trabalho difícil, nos mantemos com a ajuda da sociedade, que colabora mensal ou anualmente, oferecemos cursos de massoterapia, câmara escura (onde revela raio-x), minha esposa trabalha na câmara escura do IJF (Instituto José Frota) com mais 8 deficientes.

Quanto aos produtos em braille, acho esse mercado muito importante, porque o braille está se difundindo, muita gente está tomando conhecimento, há uns tempos atrás as pessoas perguntavam o que era o braille, mas hoje elas já conhecem, principalmente quem estuda, antigamente quase ninguém falava e hoje está difundido. Hoje vejo cardápios, embalagens de remédios de alguns laboratórios, sou consumidor com muito orgulho, quanto ao livro, nunca comprei, já que recebo gratuitamente.

O mercado de trabalho está mais aberto, temos muitos colegas deficientes trabalhando, até os massagistas, e por sinal bom massagistas, porque o deficiente aplica melhor uma massagem do que quem está vendo, pois tem o sentido do tato muito mais aguçado, que são funcionários autônomos estão sempre com trabalho.

Não sinto diferença nenhuma da pessoa que não vê para mim, algumas coisas só como dirigir um carro, mas também tem coisas que nós fazemos e que muitos que vêem não fazem. A nossa audição é perfeita, da mesma forma o paladar, a gente percebe que alguém chegou só pelo deslocamento do ar. Isso prova que Deus nunca nos deixa desprovidos de tudo. Ele é muito bom!

Eu concordo que o aluno deficiente tenha que passar pela escola especial, não entenda isso como uma regressão, mas é que se ele não passar por ela não vai ter o necessário para se desenvolver, porque nunca é igual. Em Salvador, quando dirigia uma escola para cegos, pedi muitas vezes à Secretaria de Educação apoio para levar crianças deficientes do interior Salvador, eu chegava nas casas e explicava a minha intenção, e muitos deles não deixavam, diziam que os filhos ajudavam em casa pedindo esmola na feira, isso é um escândalo, o preconceito começa em casa.

Eu sou da opinião que nas instituições para cegos devem ter cegos na direção porque nós é que nos conhecemos nossas reais necessidades, por mais que um vidente tenha boa vontade, nunca vai ser igual.

A mãe e o pai que tem filho com deficiência não pode superproteger, achar que ele é coitadinho, que não pode fazer isso ou aquilo, tem que incentivar, mostrar que ele é capaz de fazer tudo, embora limitadamente. Até mesmo todos os serviços domésticos, podem cozinhar, nas escolas especializadas, temos um curso de AVD (Atividades da Vida Diária) onde a gente aprende a fazer comida, cuidar de criança, ou seja, qualquer coisa que um vidente faz em casa. Minha esposa faz tudo que uma dona de casa faz numa casa, ela cuidou dos nossos quatro filhos sem ajuda de babá, agora está ensinando a filha que vê, a cuidar da minha netinha.

Minha mãe quando ia me dar umas palmadas, aí as pessoas diziam – “faça isso não que ele é ceguinho”, aí ela dizia: “esse aqui é o pior”, não pode ter superproteção, tem que tratar normal.

Minha mãe se lamentava porque só eu não ia poder me formar e todos os meus irmãos iam poder se formar, ser um doutor, engenheiro, médico e ela dizia que eu não ia poder fazer nada, eu sempre ouvia, mas também sempre tive um espírito de muita força e nunca acreditei nisso, isso não me impactava, não tenho complexo nenhum todo complexo tanto de inferioridade como de superioridade é uma doença, no entanto era para eu ser complexado, minha mãe ficava envergonhada de ter um filho deficiente, hoje só queria que ela fosse viva para me ver professor, da minha família eu sou o único que trabalha com educação,

praticamente todos os meus irmãos são carreteiros, eu digo que eles dirigem carretas e eu dirigo educação, meu pai ainda chegou a ouvir gravação minha e me admirava muito.

Hoje não me sinto velho e sim amadurecido, ser velho é uma opção me sinto jovem amadurecido, só vou ficar velho quando não puder mais fazer nada na vida.

DEPOENTE 3

Comecei a estudar com 10 anos no Instituto dos Cegos, de 71 à 79, depois fui para colégio comum, me aliei a não deficientes, comecei o primeiro grau, mas não tive como terminar por ter começado a trabalhar na 8ª série, ainda hoje não pude concluir, em 1980 trabalhei como operário, fui funcionário em uma fábrica de pregos, depois trabalhei com confecção, aí fiz um curso de técnicas de vendas, trabalho com isso até hoje, já vendi planos de saúde, consórcios, produtos, imóveis, sempre fui independente, minha família é que depende de mim.

Eu ouvia minha irmã ler e sinceramente, tinha muita inveja, ficava muito triste e me perguntando se um dia poderia ler também, achava tão bonito uma pessoa lendo, era uma tristeza imensa dentro d mim. Eu achava que ia levar uma vidinha medíocre e sedentária, sem muita perspectiva sempre dentro de uma rede ouvindo rádio, só recebendo informações por ele. Aos 10 anos, quando aprendi o Braille, foi como se eu reencarnasse, como se nascesse de novo, comecei a me sentir gente, entendi que podia ler, escrever, me manifestar, dar a minha opinião, me comunicar, o braille foi os meus olhos, me abriu as portas e as janelas da vida, uma nova vida, o cenário era maravilhoso, tudo era engraçado, tudo era muito bonito, eu ria com a turma, não tive dificuldade nenhuma de aprender, com seis meses já era quase doutorado em braille, nunca repeti nenhuma série, de tão empolgado em aprender que eu era, pra mim foi uma abertura de vida. Sou grato ao braille e espero que progrida mais.

Quanto às bibliotecas, acho muito pobre em literatura, eu adoro ler, agora com a comercialização, pode ser que melhore, tenho vontade de ler Rui Barbosa, mas não tem nada, a não ser sonetos, nada de Vargas Vila. A Biblioteca Pública Governador Meneses Pimentel está se desenvolvendo a passos curtos, tem uma chance de se desenvolver mais por causa da impressora que tem lá, basta ter interesse tanto da biblioteca como dos cegos exigirem isso,

tem que ser uma corrida do cego também, não pode esperar ficar acontecendo, tem que buscar, eu recebi umas literaturas de cordel, falta a gente ir na casa do cantador, buscar isso, gritar que a gente também gosta de ler, agora que nós temos a imprensa braille, a biblioteca do Instituto recebe de São Paulo, mas também tem impressora, editam mais por interesse deles e dos alunos, são literaturas viciadas, a prioridade é sempre dos alunos.

Não acho que o livro em braille deva ser vendido, ele deve ser doado, os deficientes visuais tem que se unir e lutar para que ele continue a ser gratuito, deve ser difundido sem ser cobrado mesmo, existe uma lei em que o cardápio em braille é obrigatório, aqui em Fortaleza não é cumprido, pelo menos eu nunca vi, mas em São Paulo e no Rio de Janeiro é comum. Devia ter nos mercantis também, um colega meu esteve agora na Holanda, e disse que já tem braille até nos mercantis, nas embalagens, nos preços, aqui a gente entra no mercantil e as pessoas ficam zombando porque a gente não consegue achar os produtos, é outra cultura., a nossa cédula devia ter braille, temos muita dificuldade em passar troco, porque além de ter tamanho unificado, não tem nenhuma característica que identifique o valor.

Se eu colocar um garoto de cinco anos para fazer o jardim, com crianças não deficientes, ele vai sofrer um impacto, as próprias crianças que também não são educadas para recebê-los vão usar com ele de zombaria, ele vai se sentir limitado porque não pode correr como os demais, ele precisa passar primeiro por um processo de adaptação às limitações, é preciso primeiro explicar que ele pode fazer tudo, mas com as limitações, para depois ele ir para escola comum, porque aí ele já vai sabendo que é cidadão, que é igual, já vai sabendo protestar, se alguém zombar dele, ele vai saber explicar que tem apenas uma limitação, com a consciência da sua deficiência, se não for assim, ele vai ficar perdido, sem entender bem o que se passa com ele. Pior ainda é o preparo dos professores, que muitas vezes não estão preparados nem para receber os videntes, muito menos uma pessoa que não enxerga, a escola normal é interessantíssima para o deficiente ir se emancipando, mas é melhor que ele passe por um processo de adaptação à sua deficiência.

As famílias também não estão preparadas, o ser humano não se prepara para o pior, nunca ninguém imagina que vai ter um filho deficiente, mas pode acontecer com qualquer um, tem que se preparar pra não proteger nem abandonar em demasia.